



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0482/11	DATA: 12/05/2011
INÍCIO: 9h57min	TÉRMINO: 13h53min	DURAÇÃO: 3h54min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h54min	PÁGINAS: 83	QUARTOS: 47

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CLÁUDIO GONÇALVES COUTO - Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado pela Universidade de Columbia, Estados Unidos da América.  
JAIRO NICOLAU - Professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — IESP/UERJ.  
FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS - Cientista político; professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro — IESP/UERJ.

SUMÁRIO: Debate sobre as propostas de alteração dos sistemas político e eleitoral vigentes no País.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Há oradores não identificados.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado William Dib) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão Especial da Reforma Política.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 16ª reunião ordinária, realizada no último dia 10 de maio.

Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura.

**A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

Requeiro a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico que foram recebidos os seguintes expedientes.

Ofício nº 1.636, de 2011, do Ministro Ricardo Lewandowski, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que, em resposta ao Ofício nº 21, desta Presidência da Comissão Especial, encaminha planilhas de informações relativas ao total de despesas das campanhas eleitorais para os cargos de Presidente e Governador, nas eleições de 2010.

As informações estão na Secretaria da Comissão. Os Deputados que tiverem interesse nos dados sobre este ou aquele Estado, ou sobre todos, podem se dirigir até a Secretaria da Comissão.

Ofício nº 10, de 2011, do Deputado Edinho Araújo, em que justifica a sua ausência na reunião de 5 de maio, por estar representando a Liderança do PMDB na visita à sede da EMBRAER, em São José dos Campos, na mesma data.

Ofício nº 53, de 2011, do Deputado Guilherme Mussi, em que encaminha sugestão de proposta de emenda à Constituição que trata do mandato eletivo de Parlamentares.



Ofício nº 65, de 2011, do Deputado Alfredo Kaefer, em que encaminha sugestão de discussão, por esta Comissão Especial, do tema *Parlamentarismo nos Moldes que Propõe a PEC 20, de 1995, De Autoria do Sr. Eduardo Jorge*.

Junto com o Relator substituto, Deputado Rubens Otoni, vamos dar início à Ordem do Dia.

Nesta reunião de audiência pública vamos ouvir três nobres cientistas políticos: o Prof. Dr. Cláudio Gonçalves Couto, doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidade de Columbia, Estados Unidos, que convido a tomar assento à Mesa; o Prof. Dr. Jairo Nicolau, cientista político, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), que convido a tomar assento à Mesa; e o cientista político Fabiano Santos, professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), que também convido a tomar assento à Mesa. (*Pausa.*)

Quero agradecer a presença aos três ilustres palestrantes e informar que disporão, cada um, de até 20 minutos para a sua exposição, com tolerância de alguns minutos a mais. Após as exposições, será concedida a palavra aos nobres pares, pelo prazo de até 3 minutos, tendo os expositores igual tempo para responder a eventuais perguntas.

Informo ainda que a lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados sobre a mesa de apoio.

Dando início aos trabalhos, concedo primeiramente a palavra ao Sr. Cláudio Gonçalves Couto, para que faça a sua exposição.

**O SR. CLÁUDIO GONÇALVES COUTO** - Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Vou fazer uma breve exposição inicial. A minha intenção era muito mais a de reagir depois a certas questões levantadas no debate. Conversei anteriormente com Jairo, soube que ele preparou uma exposição muito mais sistematizada do que a que pretendo fazer. Vou levantar alguns pontos que me parecem importantes para uma reflexão mais ampla sobre reforma política.

O primeiro deles diz respeito à própria insistência com que o tema da reforma política é pautado, sobretudo pela mídia. A mídia sempre levanta a necessidade de



uma reforma política. É muito frequente. Nós temos contato com jornalistas que perguntam: “*Mas por que não é feita uma reforma política?*” Muito frequentemente não se sabe muito bem o que se entende por isso, como se reforma política fosse uma palavra mágica, uma solução milagrosa para uma série de problemas que se percebem, que existem de alguma forma, mas não se sabe muito bem o que se quer.

E é claro que, quando o processo efetivo de realização de reformas institucionais — por que é disso que se trata — começa a acontecer, nós podemos falar de coisas radicalmente diferentes. Se estamos falando, de um lado, em voto distrital ao estilo anglo-saxão, de distritos uninominais, isso é uma reforma política, mas é evidente que é uma reforma política com consequências diametralmente opostas àquelas que estariam relacionadas, por exemplo, a uma radicalização do nosso sistema atual, de representação proporcional, com a adoção de listas fechadas. As duas seriam reformas políticas, as duas gerariam efeitos, mas seria necessário ponderar de maneira mais cautelosa sobre os efeitos que reformas tão díspares como essas teriam sobre o sistema.

Então, a primeira questão é esta: pensarmos um pouco na necessidade de resistir a uma mera pressão para reformar o sistema por reformar. Precisamos nos perguntar sobre quais são as reformas efetivamente necessárias e sobre quais são as reformas que devem ser evitadas. O problema é que, quando se abre uma janela como essa da realização de reforma política, surgem muitas propostas para a mudança de instituições que talvez sequer tenham ainda dado indicações de sua desejabilidade ou não — fazemos reformas daquilo que foram reformas recentes.

Ao falar disso, estou pensando em um tema em particular, que já foi inclusive objeto de uma adesão inicial em Comissão do Senado que discutiu o tema, ou seja, o fim da reeleição, a mudança do tempo do mandato presidencial, de volta para 5 anos.

Bem, a redução do mandato presidencial de 5 para 4 anos não foi feita há muito tempo. Foi naquela revisão constitucional de 1993. Depois, houve a emenda da reeleição, durante o Governo Fernando Henrique. E não tivemos tantas experiências ainda de reeleição para poder aferir, de maneira precisa, os efeitos que



essa norma institucional tem sobre o sistema, no âmbito municipal, no âmbito estadual e também no âmbito nacional.

Alguns estudos chegam a apontar que a possibilidade de reeleição cria, por parte de governantes, de Governadores e Prefeitos, uma postura mais responsável em termos de gastos públicos, o que estaria relacionado com o fato de que ninguém deseja herdar seu próprio governo em estado pré-falimentar. Mas é claro que isso também pode ser explicado pelo fato de que foi adotada uma lei de responsabilidade fiscal no meio desse processo. Enfim, é difícil isolar exatamente o fator causal, mas me parece que o ponto principal é que ainda não temos um tempo suficiente de experimentação do sistema. Mudá-lo agora, evidentemente, pode ser conveniente para a acomodação de disputas internas dos partidos, entre Lideranças partidárias que desejam disputar cargos majoritários para o Executivo, mas que têm dificuldade de se acomodar com outros parceiros dentro de seu próprio partido, e ele acabar com a reeleição. Dando de lambuja 1 ano a mais de mandato seria uma forma de resolver isso.

Mas, além do problema de não contribuir para esse amadurecimento, em termos institucionais, de coisas modificadas há tão pouco tempo, tem como efeito também contrariar algo que o próprio eleitor vem percebendo como positivo: a possibilidade que tem de não modificar uma situação que muitas vezes considera satisfatória. Se não a ideal, prefere não mexer numa situação pelo menos razoável do ponto de vista das condições de governo.

Ademais, os 5 anos de mandato teriam o efeito de descasamento entre os mandatos legislativos e o mandato executivo, algo que geraria problemas adicionais, em termos de construção de coalizão. Não me parece que isso necessariamente seja desejável neste momento.

Eu me aprofundei, falei um pouco mais sobre a questão da reeleição porque me parece o exemplo maior que nós temos de dispositivos institucionais que seria melhor nem mudar. Melhor deixá-los mais ou menos do que jeito em que estão.

E há uma série de outros dispositivos — talvez isso componha um terceiro grupo de normas institucionais —, que são talvez amplamente consensuais ou mera questão de bom senso e de acerto sobre pontos não necessariamente conflitivos. Por exemplo: a data da posse, que vem sendo discutida. Afinal de contas, mudar a



data da posse de Chefes do Executivo, do próprio Parlamento, de Executivos Estaduais e da Presidência da República, na realidade, parece-me uma simples questão de sensatez. Não é mais um problema de reforma institucional ampla. Isso provavelmente vai passar sem grandes problemas.

De modo que talvez devamos deter a nossa atenção naquilo que é o cerne desta discussão, a meu ver, a parte mais importante, que diz respeito justamente ao sistema eleitoral e a todas as questões a ele relacionadas — o sistema eleitoral das eleições proporcionais —, porque é isso que vai afetar, de maneira mais importante, questões como gastos de campanha e seu respectivo financiamento, que afeta o processo de representação, que pode vir a afetar a vida dos partidos.

Sobre esse tema, vou me deter rapidamente em alguns pontos. O primeiro deles é a possibilidade de adoção de listas fechadas ou, eventualmente, do sistema distrital misto.

Do meu ponto de vista, no limite, essas duas soluções são equivalentes. As duas soluções têm, a meu ver, um efeito muito similar sobre o sistema representativo, do ponto de vista de que mantêm o sistema de representação ainda em marcos proporcionais. É claro que, se eventualmente o sistema distrital misto que vier a ser aprovado for aquele do modelo alemão, que é um sistema proporcional, ao fim e ao cabo, embora o preenchimento inicial das vagas se dê com base nos distritos, terá um efeito, a meu ver, mais importante no debate hoje, que é o da redução dos gastos de campanha. Tanto um sistema de voto em distritos e uninominal, que está incorporado ao sistema distrital misto — estaria também no sistema distrital puro —, quanto uma campanha para listas fechadas teriam um efeito significativo na redução de gastos de campanha.

No caso de listas fechadas, porque a gente deixa de fazer uma campanha para o Parlamento com base em campanhas individualizadas, uma campanha no varejo, que requer muitas vezes que se percorram amplos territórios para poder ser viável do ponto de vista eleitoral — não dá para fazer campanha numa única circunscrição ou isso pelo menos não é aquilo que assegura realmente que se eleja alguém; e aí é necessário percorrer o Estado inteiro ou percorrer amplas áreas do Estado —, isso encarece sobremaneira a campanha, obriga os candidatos a buscar financiamento do jeito que for possível. Isso compromete, a meu ver, a própria



credibilidade do sistema, na medida em que campanhas que são visivelmente muito caras, os escândalos que episodicamente aparecem sobre isso, tudo isso contribui para a deslegitimação do Parlamento e também para, evidentemente, afastar das tentativas de chegar ao Legislativo uma série de lideranças políticas relevantes, mas que se sentem inibidas de participar desse processo todo de busca de recursos para financiar as suas disputas eleitorais.

Então, a meu ver, a adoção de um sistema mais barato não se resume pura e simplesmente a uma questão financeira. Ela tem impactos importantes do ponto de vista da qualidade da democracia no Brasil, do ponto de vista da possibilidade de incorporação de lideranças políticas não capazes de buscar o financiamento nos termos em que hoje se dá e pelo fato de que reduz a importância do dinheiro na política.

É claro que, quando falamos em lista fechada, sempre surge o problema de quem é que vai formar a lista. E esse, evidentemente, não é um problema de pouca monta. Há duas maneiras de tentar equacionar isso. Uma delas seria tentar legislar sobre isso e definindo que os partidos terão que adotar certos procedimentos para formar as suas listas. Isso esbarra num ponto — que, evidentemente, não é intransponível, depende se se deseja ou não emendar a Constituição, e se se vai conseguir fazer isso: o de modificar o estatuto jurídico dos partidos. Como os partidos são figuras de direito privado, eles têm uma relativa autonomia para resolver internamente como vão alocar os seus recursos, como vão se gerir e como vão inclusive definir, se isso porventura vier a ser aprovado, a sua lista de candidatos e a ordem que eles estão ali.

Se definirmos, por exemplo, que os partidos deverão fazer prévias internas, quem participará dessas prévias, se abertas só aos filiados, se abertas a eventuais simpatizantes, no estilo das primárias americanas, isso modificaria um pouco a lógica pela qual esses partidos se fazem, sobretudo se isso vier como imposição legal, se não forem primárias feitas espontaneamente pelos partidos. Então, teríamos também de modificar isso.

Agora, o que me parece que muda fundamentalmente, se adotamos listas fechadas, diz respeito à necessidade que os partidos passam a ter de prestar contas de por que priorizaram certos candidatos e não outros. Hoje, na realidade, o que



temos é uma situação em que o partido prioriza certos candidatos e distribui recursos desigualmente entre eles, como vem sendo amplamente noticiado nos últimos dias. Isso, na realidade, significa uma preferência das lideranças partidárias, ou ao menos daquelas lideranças que controlam os recursos, para certos candidatos em detrimento de outros.

Na verdade, o risco que sempre se aponta, de que o fechamento da lista gera uma oligarquização pelo fato de que a definição da lista pode ocorrer ao sabor do que definem os caciques, de certa forma já existe hoje, por outras vias. Quais vias? As da distribuição dos recursos de campanha. E o que me parece muito mais nocivo, em primeiro lugar, pelo que já mencionei, é o custo que isso tem — são campanhas muito mais caras — e, em segundo, pelo peso muito maior que o dinheiro pode acarretar para a disputa política.

Certo tempo atrás, em sua coluna, Elio Gaspari contava uma historinha que envolvia o Deputado Aldo Rebelo e o ex-Governador Miguel Arraes sobre a questão da formação da lista. O Arraes perguntava: *“Mas, afinal de contas, quanto que vai se pagar para conseguir um bom lugar nesta lista?”*

Tive oportunidade de escrever uma coluna alguns dias depois, no *O Valor*, comentando essa história, que achei muito interessante. E eu dizia que uma outra pergunta precede essa: quanto se paga hoje para conseguir um bom lugar na lista aberta? A meu ver, paga-se muito mais.

Isso não quer dizer que a adoção desse sistema esteja completamente imune, completamente infensa a problemas dessa natureza. Nenhuma mudança institucional resolve todos os problemas; pode até criar alguns novos. A questão no caso é fazer o cálculo de quais problemas são mais importantes para serem resolvidos? Com quais problemas é mais fácil conviver? E quais problemas são mais de fácil combate? Isso precisa ser de alguma forma definido.

Na medida em que o atual sistema, pela sua própria estrutura, pela necessidade de candidaturas individuais buscarem o voto separadamente, em competição umas com as outras, inclusive no próprio partido, mas não só, por amplos territórios, isso tudo tem um custo muito mais alto do que eventualmente o custo de comprar um lugar na lista. E se alguém comprar o lugar na lista, os partidos podem ser inquiridos, a imprensa está aí para isso, a Oposição está aí para isso.



*“Por que esse nome aparece aqui?” “Quem é essa pessoa?” “Qual a representatividade social que ela tem?”*

No modelo atual, é muito difícil aferir isso. Se alguém é o segundo candidato mais votado e alguém questiona por que ele foi o segundo mais votado?, dirão: *“Vontade do eleitor”*. E, aí, como se afere? Só que não é só vontade do eleitor, todos sabemos, é volume de recursos da campanha; só que o sistema é muito menos transparente.

Por conta disso, parece-me que a adoção do sistema de lista fechada traria esse benefício. A combinação dele com o sistema de voto distrital, ao molde do sistema alemão, talvez combinasse o melhor de dois cenários: um barateamento geral das campanhas, já que a campanha num distrito restrito, inclusive, em termos territoriais, é muito mais barata do que no sistema que temos hoje e, ao mesmo tempo, permitiria algum grau de proximidade entre eleitores e eleitos, o que o sistema de lista fechada não cria.

Pode-se dizer que a chamada *accountability* ou a responsabilização dos eleitos é evidentemente muito mais forte num sistema de voto distrital do que num sistema proporcional, só que, se for voto distrital puro, sacrifica tremendamente a representatividade dos grupos minoritários. Então, talvez, o interessante seja combinar esses dois sistemas ao molde do sistema alemão. Isso, a meu ver, provê um avanço significativo.

Num recente debate que se travou no Reino Unido sobre eventual mudança de sistema eleitoral — infelizmente, um debate que teve muito pouca atenção da mídia brasileira; teria talvez ajudado o nosso próprio debate, porque nos ofereceria uma comparação interessante —, umas das questões fundamentais que se levantou a adoção de um sistema chamado voto alternativo, em que o eleitor hierarquiza as suas preferências. Não acho que esse sistema funcionaria muito bem no Brasil, com as suas características socioeconômicas educacionais. E por que se propôs isso lá? Porque ninguém abria mão da representação por distrito. Por quê? Por conta dessa proximidade. A ideia era conferir maior espaço às minorias, sem abrir mão da proximidade. Poder-se-ia, então, dizer que o sistema alemão garante isso; permite combinar as duas coisas, ao mesmo tempo em que reforça os partidos, ao mesmo tempo faz com que a vida partidária interna seja mais efetiva.



Parece-me que esse é o cerne da discussão. E, vinculado a isso, há um outro tema muito importante: o eventual fim das coligações proporcionais. E por que isso? Porque sabemos que, na realidade, o que as coligações proporcionais fazem é falsear a efetiva representação dos partidos, permitindo a agremiações menores irem na carona de partidos maiores e, com isso, criar bancadas que, se apenas o voto que o eleitor dá a cada um dos partidos fosse aferido, não existiriam.

Vejam que a questão não é de se criar uma cláusula de desempenho, como foi feito há algum tempo, depois derrubada pelo Judiciário. Até por isso mesmo, não creio que fosse muito prudente, neste momento, a não ser que todas as precauções fossem tomadas para evitar nova derrubada na Justiça, recriar cláusula de desempenho. Não creio que ela seja a melhor coisa do ponto de vista de um sistema que procura dar espaço à representação das minorias. A questão é saber que espaço se dá à representação das minorias. O espaço que elas efetivamente têm, que um sistema sem coligações proporcionais revelaria, um o espaço em que as minorias conseguem, na verdade, subindo sobre os ombros dos partidos maiores? Essa distinção precisa ser estabelecida.

Nesse sentido, um sistema de fim de coligações proporcionais não seria de todo ruim. E, cá entre nós, num sistema como temos hoje, com 22 partidos com representação nesta Casa, é difícil dizer que se trata de um sistema que impõe grandes restrições, que, em termos de acomodação, de reagrupamento de lideranças, eliminaria a possibilidade de representações minoritárias. A questão é ver se essas representações minoritárias de fato se fazem representar por suas próprias forças ou se dependem da força de outros.

Essas são algumas questões interessantes para iniciarmos o debate. Só acrescentaria uma última, reforçando a defesa que estou fazendo do sistema de lista fechada: a possibilidade, nesse sistema também, aí, sim, de representar não minorias políticas partidárias, aquelas as quais me referi, mas minorias sociais. Um sistema de lista fechada, como a própria proposta do Senado faz, talvez exagerando um pouco na implementação, capaz de dar, por exemplo, maior representação às mulheres, maior representação a certos grupos sociais ou mesmo a correntes dentro do partido. Se se pode ordenar uma lista e montá-la a partir de uma definição prévia, pode-se, por exemplo, intercalar homens e mulheres, e, com isso, atender àqueles



30% mínimos de mulheres que nunca foram atendidos, intercalando, por exemplo, uma mulher a cada dois homens, pelo menos. Não estou dizendo que o sistema de 50% definido pelo Senado é ruim, mas não sei se ele é factível, no curto prazo, dentro dos partidos. Talvez seja interessante partir do que já temos hoje, 30%, fazendo essa intercalação. E não somente de mulheres. Podemos introduzir isso para uma série de outras minorias: para negros, para grupos com importância na sociedade civil, grupos esses que, pela sua própria escassez de recursos financeiros, no atual sistema, não se viabilizam eleitoralmente. Com essa mudança, talvez eles possam ter condições de se viabilizarem.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado, Dr. Cláudio Gonçalves Couto pelas suas palavras.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Jairo Nicolau para fazer a sua exposição.

**JAIRO NICOLAU** - Bom dia.

Começo por agradecer o convite e também por saudar os Deputados. Sou um estudioso desse assunto e, para mim, é uma honra e uma glória, pessoal e profissional, ser convidado para participar de qualquer atividade na Câmara dos Deputados, ainda mais na Comissão de Reforma Política.

Também é uma satisfação estar aqui com o Fabiano, meu colega de instituição no Rio, e com o meu amigo Cláudio Couto.

Para mim, sempre é difícil saber o que devo dizer num ambiente como esse, uma vez que as preferências estão mais ou menos cristalizadas pelos sistemas, que há algumas ideias-força e, eu diria, até algumas obsessões nesse debate sobre a atual reforma política, a obsessão pelo sistema de financiamento público. Não sei de onde veio essa ideia, mas virou uma obsessão. Vou falar sobre esse tema depois.

Por conta dessa dificuldade, tentei ser o mais prudente possível para respeitar o tempo de 20 minutos — não sei se vou conseguir.

Vou me concentrar em dois tópicos, que, a meu juízo, são os mais importantes.

O sistema eleitoral adotado na eleição para a Câmara dos Deputados, mas não exclusivamente. Não podemos perder de vista que uma mudança no sistema eleitoral para a Câmara dos Deputados tem implicações também nos âmbitos



estadual e municipal. Para ficar num atalho rápido, a adoção do sistema de lista fechada implicará na adoção de esse sistema também nos Municípios. E esse debate eu não vejo ocorrer. A discussão do sistema eleitoral, claro, está concentrada na eleição de Deputados.

Existem a outros tópicos relativos à reforma do sistema eleitoral. A do Senado, por exemplo, talvez seja mais relevante do que a da Câmara, mas vou me concentrar no tema mais importante para os senhores, a mudança da regra de eleição de Deputados.

O segundo tema é financiamento das campanhas, que não necessariamente tem a ver com financiamento público exclusivo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou começar apresentando aos senhores alguns *slides*. Esse é o resultado de uma pesquisa eleitoral. Essa pesquisa é a mais importante feita pelos cientistas políticos brasileiros, chamada ESEB — Estudo Eleitoral Brasileiro. Essa pesquisa é aplicada a cada quatro anos no Brasil. O banco de dados ficou pronto recentemente. Preparei dois *slides* para apresentar aos senhores, com os resultados que eu achei importantes. A meu juízo, esses resultados dão alguma pista sobre como os eleitores fazem as suas escolhas e a avaliação numa campanha para Deputado Federal.

Primeiro essa pergunta que não aparece frequentemente nas pesquisas comerciais: “*Em quem o senhor/a senhora votou para Deputado Federal?*” Depois de apurar os dados, eu cheguei a esses números. A pesquisa foi a campo no mês de novembro, ao longo da primeira quinzena, mais ou menos 40 dias depois das eleições.

Quando as pessoas responderam a essa pergunta, 39% apresentaram um nome que de fato havia concorrido às eleições — o Romário, o Tiririca, alguns dos senhores que estão aqui aparecem na lista de alguns dos eleitores. Sete por cento disseram que anularam o voto; 7% declararam o voto em branco; 34% dos eleitores já não lembravam em quem tinham votado — Isso há um mês depois das eleições; 6,5% mencionaram um nome que não estava registrado no TSE, ou seja, ou anularam ou também não lembravam, e 5,7% disseram um nome que havia



concorrido a outro cargo — por exemplo, Lula ou Dilma para Deputado; nomes os mais incomuns, às vezes, eram citados para Deputado Estadual, Senador.

Na verdade, um pouco mais da metade dos eleitores, um mês depois das eleições, ainda lembravam da sua preferência; 40% tinham votado num nome, mais 7, 53%. Os outros 47% ou não lembravam ou lembravam do nome de alguém que não havia concorrido.

Há uma pergunta, que ainda não apurei, se lembravam em quem haviam votado em 2006. Aí o resultado foi desastroso. Menos de 10% lembravam. Isso pode dizer uma porção de coisas. Por exemplo, no Rio — eu acompanhei as pesquisas mais de perto —, até às vésperas das eleições (sexta-feira, sábado), 45% dos eleitores ainda não tinham candidato para Deputado Federal.

Quero agora compartilhar com os senhores a segunda pergunta que eu apurei. Aliás, essa pergunta é meio curiosa: *“Você gosta de algum partido?”* Esse “gosta” é bem genérico. Metade dos eleitores não gosta de nenhum partido. Um terço gosta do PT e os outros quase 20% aparecem... Essa é a amostragem probabilística, séria, feita em todo o Brasil. Essa é a pesquisa eleitoral mais séria que fazemos no País. Esse número revela a força do PT no imaginário da população. Ainda não cruzei a preferência partidária com o voto individual. Quer dizer, superficialmente, já vi que tem de tudo. O fato de gostar do PT não significa votar no PT, significa um gosto um pouco genérico. Mas o PT aparece com força, o PSDB, PMDB, PV — acho que tem um pouco a ver com a ex-Senadora Marina Silva — e todos os outros partidos. O PSB apareceu com 0,5%, o DEM com 0,8%, não chegou a 1%. Isso ajuda a balizar um pouco o debate sobre a adoção, sobretudo sobre a avaliação do atual sistema.

Feito esse preâmbulo, acho que estamos num momento em que se diferencia um pouco o debate feito nesta Legislatura das anteriores, que eu acompanhei também. Nas Legislaturas anteriores, o tema da reforma política, em geral, era um tema de especialistas, Deputados e Senadores especialistas, e os partidos não tinham posição.

Começamos a observar nesta Legislatura que os partidos começam a ter posições um pouco mais consistentes, posições oficiais para com a reforma.



Este aqui é um inventário que eu fiz superficialmente. Claro, posso estar equivocado. Não sei a posição de todos os partidos, mas, até onde eu sei, o PT, o PCdoB e o PSB estão defendendo a lista fechada. O PPS defende um sistema misto proporcional, de inspiração alemã. E o DEM, a manutenção da representação proporcional, mas ainda não tem uma posição sobre qual o formato. E, de outro lado, na família dos sistemas majoritários, temos no distrital, que chamamos aqui no Brasil de distrital puro, de inspiração britânica, o PSDB. Até onde eu pude acompanhar, não há nenhum partido que defenda, formalmente, o distritão — eu sei de lideranças do PP e do PMDB.

Diante desse quadro, qual é o cenário, a meu juízo, em que nos encontramos? Dificilmente, os partidos que defendem o sistema majoritário distrital ou distritão conseguirão, com o veto dos partidos que estão do lado de lá, que defendem o sistema proporcional, aprovar uma emenda constitucional que estabeleça o fim da representação proporcional. Posso estar equivocado.

Com o PT, PCdoB, PSB e DEM defendendo a representação proporcional — e o fim da representação proporcional pressupõe uma emenda constitucional —, o campo que defende o sistema majoritário não tem força — dois terços do plenário — para fazer mudanças no sistema eleitoral.

Por conta disso — e não só por conta disso —, quero deixar clara a minha posição. A principal posição política, em relação ao sistema eleitoral, diz respeito a ser uma pessoa que defende a representação proporcional. Então, eu defendo a manutenção da representação proporcional no Brasil, pois acho que ela é o melhor sistema eleitoral em vigor no mundo. Ele está em vigor na maioria dos países, na maioria das novas democracias. Não é só porque a Constituição brasileira a definiu como uma opção para o País que ela deve ser mantida, mas porque é uma definição constitucional e é uma definição que deve, a meu juízo, continuar.

Assim, se acreditarmos que o sistema proporcional deve ser mantido — essa é a minha posição e, politicamente, parece ser essa a inclinação —, teremos quatro opções: manter a lista aberta, que recebe muita crítica e tem muitas dificuldades. Compartilho de algumas críticas à lista aberta. Essas críticas já foram feitas em várias reuniões, e não cabe voltar a apresentar os limites e os problemas o sistema de lista aberta tem num país como o Brasil atualmente.



Há outras opções: a lista fechada, o sistema misto proporcional — minha impressão é a de que este não exigiria emenda constitucional, porque sua premissa geral é a de ser um sistema proporcional — e uma proposta menos badalada, mas pela qual eu pessoalmente tenho simpatia, um sistema de lista flexível, que já vou dizer o que é.

Sobre a lista fechada, o debate entre os senhores já é largo, e não vou me estender sobre isso. Depois, no período de debate, podemos voltar a isso. O único tema que me parece estar deixado de lado é, primeiramente, como fazer a operação para que a lista se torne fechada nos Municípios e no Estado. É preciso pensar isso melhor.

É uma lástima que o tema da reforma eleitoral tenha ficado a reboque do tema do financiamento de campanha; são temas completamente díspares. Não conheço nenhuma experiência de reforma eleitoral no mundo em que se tenha feito reforma eleitoral por conta do financiamento de campanha. Esses temas são completamente diferentes, mas, infelizmente, no Brasil, vejo as pessoas defenderem o sistema de lista fechada muito mais porque ele viabiliza o financiamento exclusivo do que, propriamente, pelas virtudes do sistema em si. Isso é perigoso, mas vamos fazer o quê? Foi assim que as coisas se armaram.

Antes de qualquer coisa, digamos que não saia lista fechada nem lista aberta. Uma mudança simples do sistema de eleição de Deputados pode ser aprovada com uma pequena mudança no Código Eleitoral Brasileiro. Refiro-me a um tema em relação ao qual me parece haver muito consenso: o fim das coligações nas eleições proporcionais. Minha sugestão, que vou apresentar rapidamente, é a adoção, no Brasil, de um novo sistema, o sistema de divisores, utilizado em quase todos os países que usam a representação proporcional de lista.

Eu peguei esse exemplo do resultado das eleições no Espírito Santo em 2010. Na última coluna, do total de cadeiras de 2010, foi como ficou a bancada do Espírito Santo. A primeira coluna apresenta a votação de cada partido. Por exemplo, o PSB, no Espírito Santo, foi o partido mais votado, com 21%, e obteve duas cadeiras. Curiosamente, o PDT foi o segundo mais votado, mas ganhou três cadeiras. Essas são as conhecidas distorções do nosso sistema eleitoral, por conta, sobretudo, das coligações.



Por exemplo, o PSDB ganhou uma cadeira mesmo tendo votação menor do que o PTB e do que o PR. É só os senhores compararem a primeira coluna com a última.

O sistema de divisores é muito simples. Ele pode substituir a regra atual de quociente eleitoral, de exclusão de partidos que não atingiram o quociente. Os votos dos partidos simplesmente são divididos por uma série de números — 1, 2, 3, 4, 5. Por exemplo, quando dividimos a votação do PSB, o divisor é 1. O PSB, no Espírito Santo, teve 396.397 votos. Quando eu divido por 1, é claro que dá isso. Então, a primeira cadeira é dele. A segunda vai para o PDT. Esses números entre parênteses é a ordem em que os partidos vão alocando as cadeiras. A terceira vai para o PMDB. A quarta já volta para o PSB.

Assim, pelo sistema de divisores, teríamos uma divisão muito mais equânime em relação aos votos. O PSB foi o partido mais votado e ficou com 30% das cadeiras, pois o Espírito Santo tem dez e ele obteve três, e assim sucessivamente.

Qual é a vantagem do sistema de divisores? Ele trata todos os partidos de maneira mais ou menos equânime e não estabelece cláusula de barreira. Uma cláusula de barreira no Espírito Santo hoje é de 10%, o número total de votos dividido pelas cadeiras. Nessa divisão proporcional, um partido como o PTB, com 6% dos votos, elegeria um Deputado. Portanto, esse é o sistema que melhor afere a proporcionalidade da representação.

É claro que há outras formas de divisores, mas não quero complicar. Minha sugestão é simplesmente substituir o sistema, acabar com as coligações e acabar com o quociente, com divisão das sobras por um divisor simples. Essa regra é aplicada em mais de 30 democracias utilizam a representação proporcional.

Há aspectos técnicos em relação aos quais os consultores podem ajudá-los e eu também, se for o caso.

Quero chamar a atenção também para outra ideia, já que estamos num momento em que é possível fazer sugestões: voltar ao tema da lista flexível. Como eu disse, a lista fechada tem alguns problemas, sobre os quais podemos falar um pouco melhor. Um país como o nosso, que vota em nomes desde que se entende como nação independente — primeiramente, no Império e na República Velha, com o sistema distrital, e depois, a partir de 1945, com a lista aberta —, uma passagem



direta para um sistema de lista fechada tem de ser muito bem avaliado. De todo modo, a ideia de ordenar e apresentar as preferências do partido para os eleitores é muito simpática, desde que, no momento inicial, os eleitores não percam o direito de votar em alguns nomes.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - No Brasil, o coronel nasceu antes do eleitor.

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Aqui, nos Estados Unidos, na Inglaterra... Em todas as democracias, primeiro vieram os coronéis, veio a oligarquia e depois é que veio a democratização.

Deixem-me apresentar aos senhores o que seria uma proposta da lista flexível.

Essa primeira coluna é o sistema de lista fechada. Os nomes os senhores já devem ter identificado — são nomes aleatórios de escritores. Esse partido apresenta a lista dos seus candidatos ordenada, segundo o sistema de lista fechada, que o Deputado Ronaldo Caiado, que acabou de chegar, defende.

Esse aqui é o sistema atual: os Deputados são eleitos segundo seus votos individuais. Esse é um sistema majoritário dentro da lista.

Por exemplo, a candidata Lígia foi a mais votada, embora esteja em sexto. Na segunda coluna, temos a candidata Lígia. Esqueçam os números de 1 a 7, porque agora estamos no sistema de lista aberta, que todos os senhores conhecem porque foi por esse sistema que aqui chegaram.

A candidata mais votada é a Lígia; em segundo lugar, o candidato Graciliano; em terceiro lugar, o candidato Carlos, e assim por diante. Esse é um sistema pelo qual os mais votados individualmente entram na lista.

A primeira coluna é a da lista fechada. A segunda é a da lista aberta. Vamos para a terceira. A ideia é a seguinte: o voto de legenda passa a ter utilidade, porque, no Brasil, ele não tem nenhuma utilidade. O voto de legenda só serve para distribuir cadeiras, mas ele não tem função na hora de distribuir as cadeiras entre os nomes de cada lista.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Quando sai sozinho, ele tem utilidade em termos, porque, se todos os eleitores votarem na legenda, vamos ter uma dificuldade



danada. Vão ficar os Deputados mais velhos para desempate. Isso nunca aconteceu, pois sempre há o pai ou o próprio candidato que, às vezes, vota em si.

O que eu estou sugerindo é o seguinte: os partidos apresentam uma lista de candidatos, e o voto de legenda continua valendo. É a mesma forma de votar, sendo que o voto de legenda tem uma serventia: ele vai para o primeiro nome da lista.

De que maneira? Calcula-se um quociente interno. Neste caso, tivemos 10 mil votos válidos e tivemos 1.500 votos de legenda. Na verdade, são 100 mil votos ao todo. Esse partido teve 10 mil votos e fez quatro Deputados. O que eu faço? Divido 10. Como esse sistema foi inspirado pela cota usada na Bélgica, então é 5, o número de cadeiras que ele obteve mais 1, e o quociente interno passa a ser 2 mil. Então, esses 1.500 votos vão para o primeiro da lista.

Vou voltar, porque é um pouco complicado. Aliás, não é complicado; há um pouco de barulho e eu estou com dificuldade para explicar.

É o seguinte: o voto de legenda tem uma utilidade. Ele vai para o primeiro nome da lista, até que esse primeiro chegue a um quociente interno, que é, simplesmente, o total de votos que o partido obteve dividido por...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Isso, são 1.500 votos. O Machado teve 1.000 votos individuais, e o quociente interno é 2.000. O voto de legenda são 1.500 votos. Esse partido fez 15% de votos de legenda, mais ou menos a média que o partidos brasileiros alcançam.

O que acontece? Os 1.500 votos vão para alguém, para os dois primeiros nomes da lista. Por que os dois primeiros? Machado teve só 1.000 votos nominais. Ele ganha 1.000 da lista até que chegue ao quociente. Sobraram 500, que vão para o Rosa. Pronto, acabou. O resultado final aparece agora.

A última coluna junta as duas coisas. A Lígia passou o quociente interno, com 2.100 votos — o quociente interno era 2.000. Ela é a primeira eleita. O segundo vai para o Machado, com 2.000 votos. Ele teve 1.000 dele e 1.000 da transferência da legenda. O terceiro vai para o Graciliano, que teve 1.400 votos nominais, e o quarto vai para o candidato Rosa, que teve 750 dele mais 500 da legenda.



Esse sistema mantém as duas coisas: o partido oferece a lista fechada, mas os eleitores continuam votando da mesma maneira. Se os eleitores gostam do partido, referendam a lista. Se gostam de certos nomes, referendam certos nomes.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Não, não! É igual a hoje. Se o eleitor concorda com a lista, vota na lista. Então, PT, PSB, PCdoB...

**(Não identificado)** - Um voto só.

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Um voto só, como hoje. Se ele gosta da lista, ele vota na legenda.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Ele só tem o voto.

Ele diz assim: *“Eu concordo com o ordenamento que o PT fez”*. O PT defende a lista fechada. Então, o PT fará campanha partidária. Mas, se um eleitor do PT quer votar no décimo sétimo da lista, porque é da área dele, porque é do sindicato dele, porque é da associação dele, ele vota.

A apuração vai temperar as duas coisas: o voto de legenda e o voto nominal. Não quero complicar a agenda dos senhores, mas essa seria uma alternativa até para testar como inicialmente os eleitores reagem à lista fechada, sem necessariamente cassar do eleitor a possibilidade de continuar votando em nomes, como no sistema que existe desde que foi implantado.

Esse sistema poderia dar poder mais força aos partidos, porque os partidos coordenam. Os partidos favoráveis à lista, como o PT e o PCdoB, fazem campanha partidária. O Democratas também faz campanha partidária. Entretanto, o PP e o PMDB, partidos que defendem o voto mais personalizado, continuam fazendo sua campanha. e o eleitor decide. Quanto mais votos de legenda que o partido obtiver, mais a lista se impõe. Quanto mais voto nominal, mais o sistema vai ficar como o atual. Se todos votarem na legenda, o sistema será o de lista fechada. Se todos votarem nominalmente, o sistema será o de lista aberta. Esta será uma forma de temperar.

Eu, infelizmente, não vou conseguir chegar ao segundo tema.

**(Não identificado)** - Vai, sim, senhor!

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Então, vamos lá.



**(Não identificado)** - O pessoal está gostando!

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Estão gostando?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Depois que os senhores se inscrevem, não falo nunca mais. *(Risos.)*

**(Não identificado)** - Aqui, não se cumpre muitas coisas. O tempo então nem se fala... *(Risos.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Ultimamente, tenho lido muito sobre financiamento de campanha em outros países, até para me preparar para este debate. Comecei a perceber algumas especificidades do sistema brasileiro que quero compartilhar agora com os senhores. Por enquanto, vamos esquecer a obsessão com o sistema de lista, a estatização das campanhas, a ideia do financiamento exclusivo. Vamos pensar um pouco na possibilidade de aperfeiçoar o nosso sistema, de encontrar os furos. Talvez, até o sistema de financiamento público, no final das contas, apareça naturalmente.

O nosso sistema, como todos estão cansados de saber, é classificado internacionalmente como sistema misto, porque confere aos partidos o Fundo Partidário — e não é pouco dinheiro. Hoje, dispõe-se em 150 milhões a 200 milhões por ano. Os partidos podem usar recursos do Fundo nas campanhas. Confere-se também o horário eleitoral, que também não é pouco. O sistema também é mesclado com o sistema de recurso privado.

Não há nada de singular nisso, porque todos os países do mundo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - O horário eleitoral é gratuito...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - A produção não é gratuita; gratuito é o acesso que os partidos têm.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Veja bem: a produção dos programas dos programas não é gratuita. A veiculação é gratuita, porque, até onde eu conheça, não há nenhum lugar do mundo que haja um horário eleitoral tão generoso como o nosso.



Quem paga o horário eleitoral gratuito, a rigor — não a produção — são os cidadãos. O horário eleitoral gratuito está custando mais ou menos de isenção fiscal, para as redes, 1 bilhão de reais por ano. Então, trata-se de horário pago pela população, pago com pelos impostos.

Rapidamente, vamos passar ao próximo *slide*, que trata do custo das campanhas no Brasil.

Ouvi um Deputado dizer que o TSE tinha anunciado os novos valores. Esses são valores que consegui até ontem. Não são valores que tenha conseguido no TSE.

A campanha de 2010 custou aos cofres públicos 2,2 bilhões de reais, mais 800 milhões de reais, valor arredondado, das isenções fiscais para os programa de televisão. Nesses números não estão incluídos caixa 2, dinheiro não contabilizado, nem problemas de contabilidade falha. Seriam 3 bilhões de reais.

Isso é caro ou é barato? É difícil saber. Pelo valores destinados nos Estados Unidos e no Reino Unido, fiquei muito espantado com o custo das campanhas no Brasil.

Para que todos tenham uma ideia, a última eleição britânica, ocorrida em 2010, custou 58 milhões de libras. Arredondando esse número para 60 milhões de libras e multiplicando por 3, teremos o custo de 180 milhões de reais.

A campanha britânica, em se elegem Deputados e o Primeiro-Ministro simultaneamente, em moeda brasileira, foi mais barata do que a nossa eleição para presidente.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Não fiz a conta *per capita*, mas será muito mais barata.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Só trabalho com dados oficiais...

Fiquei muito espantado também quando vi o custo *per capita* dos Deputados desta Legislatura. O gasto *per capita* foi de 1 milhão de reais. Desses 860 milhões de reais, mais ou menos 500 milhões e poucos são relativos a Deputados eleitos. Então, é uma campanha relativamente cara para os padrões internacionais.



É interessante também registrar algo. Todos podem verificar isso, pois há muitos *sites* na Internet. Pode-se ver os resultados das eleições americanas. Há distritos americanos em que os candidatos declaram de 100 mil dólares a 200 mil dólares. Então, as campanhas brasileiras, com todo o problema de moeda, de paridade de custo de vida, parecem muito caras.

Fazendo um estudo comparativo, verificamos que esses são grandes problemas do nosso sistema de financiamento:

Dependência de recursos de empresas. Cidadãos não doam recursos para a campanha no Brasil. Nas eleições para cargos majoritários, está batendo em 80% a 90%.

Utilização de recursos não contabilizados. É impossível saber o valor dos recursos não contabilizados. Os estudiosos dizem que isso melhorou de algumas eleições para cá. Na última eleição, isso teria melhorado em relação a interior. Ou seja, mais empresas e políticos estão prestando contas dos seus gastos.

Fiscalização. A fiscalização é muito ruim, uma parte por conta do volume de candidatos, outra porque o TSE e os TREs não têm capacidade de fazer a verificação das contas. Trata-se de prestação de contas bizantina. Quem faz campanha sabe que se gastar seu tempo prestando as contas do jeito que a legislação exige não tem como fazer campanha. É uma loucura aquele sistema de prestação de contas. As regras são muito confusas.

No Brasil, há uma regra para a doação: 2% do faturamento de uma empresa e 10% da renda anual de um cidadão. O problema é que se tem de calcular esse valor para cada pessoa. Isso torna a averiguação extremamente complexa. Então, por conta disso, acho que nós podemos, no Brasil, ter essa prioridade. Há pouco, uma servidora da *TV Câmara* me perguntou qual é a prioridade da reforma. Eu lhe disse que a prioridade é uma nova lei de financiamento de campanhas.

O Reino Unido fez uma lei excepcional para regular as campanhas também por conta dos escândalos que aconteceram lá há uma década. O mesmo fizeram os Estados Unidos: melhoraram muito o sistema de prestação e fizeram uma lei de campanha. A França, em 2004, baniu a doação de empresas para as campanhas eleitorais e produziu uma nova lei excelente. Há muitos exemplos internacionais de



excelente legislação combinando doação de sistema privado, fiscalização e uma parte de aporte público para as campanhas.

Eu acho que o Brasil avançaria muito se tivesse uma lei moderna que caminhasse — não sei se num primeiro momento daria para fazer isso por conta da hiperdependência que os políticos têm de recursos de empresas — no sentido de banir o financiamento exclusivo ou não de empresas às campanhas, como a França fez em 2004, como os Estados Unidos fizeram em 1907 e como a Bélgica fez recentemente. Deve-se proibir que pessoas jurídicas doem para campanhas. Isso talvez em curto prazo seja um sonho, mas em médio prazo é...

Podemos também estabelecer um teto factível — não pode ser um teto baixo porque senão ele é burlado —, como há no Reino Unido e na maioria dos países. Deve ser um teto de, por exemplo, 100 mil reais. Nos Estados Unidos, um cidadão pode doar para vários candidatos até 70 mil dólares por ciclo eleitoral. Deve-se estabelecer algo que seja fácil de investigar, porque cada empresa só pode doar — ou empresa, espero que não empresa, mas se num primeiro momento também empresas — 1 milhão e, digamos, 100 mil, ou 50 mil, ou 10 mil por pessoa física. Esses valores serão pensados.

Esse sistema atual não tem uma fiscalização possível a não ser a feita por amostra. Acho que a experiência da CGU nos Municípios...

Nós que somos bolsistas do CNPq também somos sorteados para que nossas contas sejam aferidas anualmente. Não há como averiguar contas de milhares de candidatos a não ser por sorteio.

Por isso, deve-se criar o sistema de sorteio e, sobretudo, melhorar a forma de prestação de contas durante a campanha por meio de um programa simples. Hoje, é simples prestar contas para o Fisco cujo programa é fácil de navegar. Qualquer pessoa hoje faz sua declaração anual de renda, porque é simples e está ficando cada vez mais fácil. Por isso, deveria haver um sistema simples de prestação de contas de campanha.

A maioria dos países estabelece um mínimo. Doação de 30 reais, 50 reais. A partir de 100 reais seria declarado, num sistema simples, o CNPJ e o valor da doação. Acabou. Sobretudo, a comunicação dessas informações para a sociedade.



Hoje o *site* do TSE é uma barafunda. Baixei os dados, mas precisaria de semanas ou meses para esses dados ficarem inteligíveis. O *site* do Transparência Brasil tem dados eleitorais, mas também são ininteligíveis. Agora, com a transferência de recursos dos partidos para os candidatos, isso ficou impossível. Por exemplo, uma das maiores doações para a Presidenta Dilma Rousseff veio do Diretório Municipal do PT de São Paulo: 15 milhões. Bom, mas o Diretório Municipal recebeu dinheiro de alguém ou de uma empresa e o repassou para a Presidenta Dilma? É dinheiro do fundo partidário?

Enfim, esse sistema de prestação de contas está horrível, não ajuda. Acessamos o nome do Deputado, mas não aparece gráfico algum que demonstre de quem ele recebeu a doação e como a gastou. Por isso, precisamos melhorar nosso sistema. Acho que se tivermos um sistema mais eficiente na...

As punições existem. O sistema não é ruim porque falta de punição. Há punições, mas elas não são aferidas. Então, a meu juízo, se caminhar para uma lei inspirada na lei francesa ou na britânica de simplificar a prestação de contas, sortear as contas a serem aferidas, caminhar para banir a doação de empresas e estabelecer tetos fáceis de serem acompanhados pelos eleitores, nós avançaríamos muito.

Desculpe-me se falei muito mais do que eu tinha imaginado.

Ficam duas sugestões de aperfeiçoamento para o nosso sistema representativo: caminhar para um sistema de lista flexível, dando aos partidos a possibilidade de ordenarem a lista, deixando ao eleitor a liberdade de fazer uma escolha, e caminhar para um sistema moderno de financiamento de campanha transparente que permita, num primeiro momento, a combinação de doações públicas e recursos públicos. Se esse sistema estiver muito bem, com fiscalização acontecendo muito bem, a parte pública vai aumentando até — quem sabe? — chegar um dia a 100%.

O país que tem o maior sistema público do mundo é a Áustria, onde 67% dos recursos de campanha são públicos. Mas todos eles ficam entre 2% — como é o caso de países pequenos da Europa. Até a Bélgica. Ainda não há nenhum país em que 100% da campanha seja pública.

Essas são, portanto, as minhas sugestões.



Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado William Dib) - Parabéns ao Sr. Jairo Nicolau.

Obrigado pela exposição.

Passo a palavra a nosso último palestrante, o Sr. Fabiano Santos.

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Bom dia a todos.

Quero primeiramente agradecer o convite que me foi formulado pela Comissão Especial que discute a reforma política para participar deste debate e apresentar algumas ideias e sugestões em torno do tema, tão relevante.

Faço minhas as palavras que o Jairo usou para expressar seu sentimento de honra e orgulho por estar aqui e poder ajudar a pensarmos juntos sobre esse tema tão fundamental para o País. Também manifesto minha satisfação em estar aqui na companhia de dois colegas de geração, colegas de longa data: militamos na ciência política e sempre em torno de discussões sobre desempenho institucional e desempenho da democracia no País.

Saúdo meu querido amigo Antonio Octavio Cintra, que está observando o rumo do debate. Certamente, depois, vamos nos falar por *e-mail* e discutir as discordâncias que ele, sem dúvida, terá em relação ao que eu vou expor agora.

Tanto o Cláudio quanto o Jairo praticamente esgotaram os pontos mais importantes do tema objeto da discussão. Serei, portanto, mais breve em minha apresentação.

Ainda antes de tocar os pontos substantivos, quero elogiar a postura que esta Comissão tem adotado em relação ao tema. A cidadania agradece, a academia agradece, por conta do cuidado que se deve ter na discussão de algo tão difícil de se fazer e encaminhar.

A decisão de se propor audiências públicas e de realizar viagens, que, se não me engano, estão programadas — venho acompanhando pelos jornais — para ouvir a concepção que as populações locais têm sobre o funcionamento das instituições, parece-me uma iniciativa fantástica que, creio, pode oferecer uma sensação de deliberação muito importante de existir nesse processo.

Vou centrar minha apresentação em quatro pontos fundamentais. Em primeiro lugar, vou discorrer sobre o que a ciência política tem dito sobre reformas políticas



em geral. Nesse ponto, em particular, chamo a atenção para duas proposições que entendo mais ou menos tranquilas e que vou procurar defender rapidamente.

Primeiramente, em termos de reforma política, é frequente que pequenas modificações produzam resultados mais significativos. É aquele *label* que observamos... Quando pequeno, sempre assistia à propaganda e gostava muito do programa *Pequenos Investimentos, Grandes Negócios*. A reforma política tem um pouco disso. Às vezes, somos surpreendidos por pequenas modificações produzindo resultados muito significativos e, de repente, grandes modificações não produzem nada do que se esperava. Isso é mais frequente que outra coisa. No final, vou tentar prová-lo, dando alguns exemplos internacionais de reforma.

Em segundo lugar, um ponto consensual é que a reforma política não é politicamente neutra. É importante frisar, pois, muitas vezes, somos levados a imaginar que estamos diante de apenas uma escolha estética, porque se aceitamos a reforma política, estamos no caminho certo, qualquer que seja esse caminho. E a reforma política é uma decisão a respeito de qual sistema funciona melhor ou qual é o mais bonito. Estou sendo um pouco grosseiro, mas o que funciona melhor é algo muito particular e muito relativo.

Então, reforma política e mudanças institucionais produzem resultados políticos concretos significativos. Portanto, esses resultados não são neutros. A cidadania tem de ter consciência de para onde está caminhando a reforma do ponto de vista político. Acho que esse é um ponto que a ciência política esclareceu e é importante ter em mente.

Vou falar um pouco também sobre as instituições políticas brasileiras e a teoria que as fundamenta. Às vezes, somos levados a imaginar que as teorias brasileiras não têm um substrato teórico consistente, e isso é falso. As teorias brasileiras hoje existentes são resultado de uma elaboração teórica muito rica e de uma experimentação histórica empírica muito rica também. Então, às vezes, discutimos reforma de maneira fácil, como se todas as nossas instituições resultassem de um grande movimento aleatório, resultado de comportamentos e decisões aleatórias que se vão somando ao longo do tempo, sempre oportunistas. É uma invenção institucional, ela não faz sentido. Isso é falso. Lembro o *pedigree* teórico das instituições brasileiras que tem a ver com a questão da mentalidade.



Vou deixar de falar do terceiro ponto, porque acho que o Jairo o esgotou. Concordo plenamente com o sentido que ele sugere para o trabalho da Comissão e para levar à sociedade que é inteiramente consistente com os dois primeiros pontos que vou levantar, tanto a questão do fim das coligações quanto a da adoção de divisores e a solução que ele oferece para a questão do tipo de lista.

Acho que o Jairo amadurece uma reflexão que vem fazendo e propõe uma solução muito consistente com as posições avançadas em relação a esse tema. Vou apenas reforçar e mostrar como o posicionamento do Jairo é consistente com o que falo nos dois primeiros pontos.

Em terceiro lugar, falarei em algumas experiências internacionais de reforma — aí tentarei fechar a minha reflexão, chamando a atenção para o cuidado que temos de ter, portanto, endossando a posição de que a Comissão tem de ter muito cuidado ao discutir as questões em torno da reforma política.

O que a ciência política tem falado sobre as reformas? Há muito tempo participando de debates, são inúmeras as Mesas com acadêmicos, são inúmeros os textos que consumimos, produzimos pesquisas e tentamos aferir resultados de mudanças institucionais. É um tema com o qual estamos lidando diariamente com cientistas políticos no Brasil, na América do Sul e em outros países. O que podemos perceber é que é um tema pleno de incertezas, extremamente complexo, pleno de suposições e erros. Não existe consenso a respeito dos reais efeitos de mudanças das instituições sobre o funcionamento da política, sobretudo, sobre o comportamento dos políticos, que é o que mais interessa à sociedade.

É muito difícil estabelecer verdades definitivas. Eu vou dar um exemplo. Recentemente eu li um texto sobre a relação entre lista aberta e corrupção, mostrando que, em países que usam a lista aberta, a corrupção é maior. Eu li esse texto num dia. Dois dias depois, eu li um texto mostrando a relação entre lista fechada e corrupção, provando que a corrupção é maior nos países que adotam lista fechada. Eu fiquei inteiramente embananado e concordei com os dois textos.

Esse estado de estupefação é um pouco parecido com o que nós sempre lidamos. Esse é o nosso estado de espírito, porque sempre surge algum outro texto bem embasado teoricamente, bem embasado empiricamente, para desmentir uma relação teórica, empírica, que é feita anteriormente. Então, eu acho que isso é



muito concreto, é muito real. A Cláudia e o Jairo não de concordar comigo. Não há consenso em ciência política sobre efeitos concretos, seguros, de mudanças institucionais sobre o comportamento dos políticos. Há uma grande dúvida.

Há um consenso, primeiro, sobre que mudanças institucionais não produzem o que a cidadania quer. Eu acho que isso é muito importante esclarecer. Não produz virtude política, não produz honestidade, não produz qualidade dos políticos.

Então, é importante saber o que nós queremos da reforma política e esclarecer a opinião pública sobre isso. O que se pode alcançar com a reforma política? Então, é importante ter clareza sobre os objetivos do que queremos em relação às mudanças sobre as quais estamos conversando, porque às vezes nós tendemos a vender mudanças institucionais como se elas fossem capazes de produzir efeitos fantásticos. Elas não serão. Então, essa é uma questão importante, um consenso importante: reforma política não produz bons políticos. Sobre isso eu acho que existe um razoável consenso.

Um segundo razoável consenso é que alterações marginais, alterações prudenciais, alterações graduais produzem resultados significativos. Vou dar dois exemplos, no caso brasileiro. Um, o Cláudio Couto mencionou muito acertadamente: a coincidência das eleições proporcionais, das eleições para Presidente e das eleições para o Congresso. Isso foi feito na revisão constitucional de 1993. Talvez tenha sido a única modificação, talvez o mandato de 4 anos para Presidente e a coincidência das eleições para Presidente e para o Congresso. Isso produziu um resultado interessante: o de aproximar os resultados das eleições executivas para as eleições proporcionais. Isso acabou também produzindo um efeito interessante: estruturar melhor o quadro partidário ou estruturar melhor os blocos partidários no Brasil. Isso tem sido visto. Há uma estabilização, desde 1994, do quadro partidário brasileiro.

Isso é fruto de uma modificação cujo objetivo não era exatamente esse. Não se tinha essa percepção. As intenções dos atores talvez fossem outras naquele momento, talvez estivessem sido ligadas a disputas presidenciais, perspectivas de candidatura a Presidente, e se fez uma reforma que produziu resultados. Isso foi um resultado interessante.



Outra modificação interna havida no Regimento da Câmara, se não me engano, foi a de definir como distribuição das cadeiras dos partidos na Comissão o resultado da eleição e não o resultado depois da diplomação. Isso teve um efeito interessante, recente, de diminuir muito o chamado fenômeno da migração partidária antes mesmo de o TSE tomar aquela decisão — do meu ponto de vista extemporânea, estapafúrdia — de punir com perda de mandato eventualmente os Parlamentares que decidissem mudar de partido.

Então, acho que uma mudança muito mais eficiente, endógena, foi produzida, reduzindo muito o tamanho do problema, tornando-o quase insignificante, e não foi preciso nenhum tipo de violência institucional, nenhum tipo de reforma de grande magnitude.

Então, eu acho que, em termos de reforma política, um estado de espírito interessante é a questão prudencial e ter em mente essa noção de pequenas modificações, grandes resultados.

Vou falar sobre a segunda proposição e há um consenso em relação a isso na ciência política: nenhuma reforma política é politicamente neutra. Por quê? Porque por trás de qualquer modificação, de uma mudança institucional, existe alguma proposta de redistribuição de poder.

Tenho repetido, tenho discutido em termos de reforma nessas bases, nas instituições representativas que vão moldando as democracias contemporâneas, que podemos pensar em duas grandes correntes: uma, a que podemos chamar de concepção concentradora de poder, majoritária; outra é difusora de poder, mais consensual.

Na primeira concepção, de como organizar as regras do jogo político, há uma visão segundo a qual o que a cidadania tem de fazer, o que a democracia deve produzir é um governo. O eleitor vai às urnas, vota e produz um governo. A função do eleitor na democracia é produzir claramente qual é o partido que tem o apoio majoritário na população e no eleitorado. Uma vez definido isso, esse partido tem todo o poder para governar. Então, podemos chamar isso de uma concepção concentradora de poder, uma concepção majoritária de democracia.

Isso, por exemplo, organiza a arquitetura institucional inglesa. Vou contrastar depois as instituições inglesas com as instituições brasileiras, porque nós temos



uma outra linha, uma outra escola de reflexão sobre as instituições democráticas, que informou, em boa medida, a organização institucional de vários países. Essa escola é chamada de concepção difusora do poder ou concepção consensual de democracia. E aí ela defende que a democracia não é só o Governo da maioria, ou seja, não cabe ao leitor apenas definir o bloco partidário majoritário, que tem a legitimidade para governar, mas a democracia também é a defesa de direitos e interesses minoritários relevantes. A defesa desses direitos e desses interesses tem que estar plasmada nas instituições. Portanto, no momento de organizar as instituições, é importante difundir o poder, separar o poder.

Se observarmos dois exemplos, no caso, se compararmos a arquitetura institucional inglesa com a arquitetura institucional brasileira, nós vamos perceber nitidamente a diferença nas concepções de democracia, que informam uma e outra arquitetura institucional.

Como é organizada a arquitetura organizacional inglesa? Há o parlamentarismo, com a fusão dos Poderes, o voto majoritário e unicameralismo. Lá, no bicameralismo, o Senado não tem uma função política efetiva, nem é eleito. Então, é unicameral, voto majoritário, parlamentarismo e um sistema unitário. Recentemente, eles começaram a produzir eleições municipais para algumas cidades. Depois de 450 anos, os ingleses têm todo o ritmo específico, especial, para fazer as suas mudanças; 550 anos depois, eles resolveram fazer algumas mudanças institucionais. Mas em todos os casos: governo unitário; unicameral; voto majoritário e sistema parlamentarista. O que o eleitor faz quando vai à urna na Inglaterra? Ele escolhe o seu Deputado Federal. E a partir dessa escolha, todo o sistema político é montado.

Observemos o caso brasileiro. Temos o presidencialismo, a separação de Poderes, o eleitor vota para o Congresso e vota para Presidente. Na eleição para o Congresso, é bicameral: ele vota para Deputado Federal e vota para Senador. Na eleição para a Câmara dos Deputados, a eleição é proporcional. Se o partido não é bem-sucedido, não é majoritário, ele pode eleger Deputados, porque é proporcional. Além disso, é federal. Não se vota apenas no âmbito nacional. Vota-se no Estado e Município. Então, vota-se para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal, Senador e Presidente. Todos são votos separados. Não se vai à



urna uma vez fazer a escolha e o sistema político é produzido. Fazem-se várias escolhas. Se se perder para Vereador, pode ser que tenha ganho para Prefeito. Se se perder para Deputado Estadual, pode ser que tenha ganho para Governador, ou para Senador. Se se perder para Deputado Federal, pode ser que tenha ganho para Presidente. Em algum momento, vai-se sentir representado no sistema político. Se se perder para Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Senador, Deputado Federal e Presidente, desiste-se de votar porque há alguma coisa muito errada com o voto.

**(Não identificado)** - É um tremendo pé-frio.

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - É um pé-frio. Não recomendaria... (*Risos.*)

**(Não identificado)** - Aliás, não pode convidar para o comitê.

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Eu acho que isso mostra claramente concepções distintas. A concepção brasileira é difusora de poder. Ela é absolutamente generosa, maximiza o peso do eleitor na organização do sistema político, na escolha do sistema político. Isso é muito rico e é muito importante. Isso se articula com um segundo ponto, que são as instituições brasileiras e sua teoria.

A concepção de democracia brasileira é fortemente ancorada na ideia de difusão de poder. Essa ideia está na base, na raiz da engenharia institucional brasileira. É importante não perder nem jogar isso fora. Ela tem um *pedigree* importante: começa a sua elaboração no século XIX, com José Alencar, na defesa que faz do voto proporcional, em moldes sofisticados, em duas obras fundamentais. No momento em que ele se contrapõe a um publicista inglês, Walter Bagehot, que defendeu o sistema inglês do voto majoritário com parlamentarismo. Dizia claramente: *“Concentrar poder é o segredo da nossa eficiência, da eficiência dos ingleses”*. Em contraposição, John Stuart Mill já fazia a defesa do voto proporcional.

Aqui, no Brasil, nós temos uma defesa sofisticada, neste momento, do voto proporcional, contrapondo-se a essa concepção concentradora de poder, já em José Alencar. Pouco tempo depois, temos um publicista do Rio Grande do Sul, Assis Brasil, que vai mostrar que o melhor sistema é aquele que conjuga pluralidade de representação partidária no Parlamento e separação de Poderes. Aí está muito bem definido o Presidente, quem é o Governo, quem é o Executivo. Mas ele é fiscalizado;



ele governa com um Parlamento que é pluralizado, que é pluripartidário porque é proporcional. Assis Brasil defende isso explicitamente e diz que o melhor sistema para a cidadania é o presidencialismo com voto proporcional, o nosso. Ele defende isso e convence. Na Revolução de 1930, isso é usado na Constituição de 1934.

A Constituição de 1934 é resultado de uma elaboração teórica riquíssima e sofisticada, que é uma elaboração brasileira, sobre como a arquitetura constitucional tem que ser organizada. E ela permanece em 1946. Depois, volta em 1988. Ela não volta por acaso. Ela não é fruto de alguma piração louca: “Os brasileiros foram lá e inventaram uma maluquice”. Não. Isso é um trabalho secular de elaboração institucional, de experimentação e de reflexão teórica.

Então, eu acho que é importante reter isso. E é importante também observar. E eu me lembro de que, quando comecei a participar de discussões de reforma política, o Brasil vivia crises econômicas importantíssimas e instabilidade. As instituições brasileiras eram tidas como responsáveis por esse quadro. Fazia-se uma relação muito simples e direta entre o desempenho da economia e a institucionalidade de um país. E citavam o exemplo da Alemanha, citavam o exemplo do Japão: monarquia japonesa e o sistema misto alemão.

Hoje em dia, o Brasil é tido, em fóruns internacionais, como um exemplo de institucionalidade democrática. O humor dos observadores internacionais sobre o sistema político brasileiro mudou inteiramente. Essa relação entre instituições políticas e desempenho econômico social é fajuta.

Então, o que é importante é retermos o trabalho de elaboração teórica e de experimentação histórica que tem sido feito nas instituições brasileiras. Ela é fruto de uma experiência histórica importante na Revolução de 1930, na Constituição de 1934, e tem como substrato uma reflexão teórica densa e sofisticada.

É evidente que temos aperfeiçoamentos possíveis a serem feitos no sistema proporcional, principalmente. Aqui vou concentrar a discussão no sistema eleitoral, porque — concordo inteiramente com o Jairo — financiamento de campanha é uma coisa e sistema eleitoral é outra.

Quando falamos em sistema eleitoral, estamos falando no modo pelo qual os votos dados para Deputados são traduzidos em cadeiras parlamentares para os partidos e para os candidatos. O sistema eleitoral é isso. Do meu ponto de vista,



temos o melhor sistema: o mais usado, o melhor e o mais democrático. Agora, é possível aperfeiçoar esse sistema? É possível aperfeiçoar esse sistema. Como o Jairo muito bem mostrou pelos dados, existe um grau de aleatoriedade grande na tradução dos votos dados na urna para o número de cadeira dos partidos. E essa aleatoriedade, essa distorção é claramente resultante das coligações nas eleições partidárias. Isso já é discutido e visto há muito tempo.

Quero voltar a um ponto. Temos esse *pedigree* teórico de defesa do proporcional naquele momento de invenção, de instauração desse sistema. Depois, temos continuadores tão sofisticados quanto os primeiros, defensores da manutenção do sistema e de seu aperfeiçoamento. Estou aqui ao lado, por exemplo, de um. Há exemplos de vários outros. Sobre a defesa do sistema presidencialista com o voto proporcional, podemos citar Sérgio Abrantes, Olavo Brasil e Wanderley Guilherme dos Santos. São pensadores políticos importantes que defendem esse sistema e precisam ser ouvidos no momento dos seus trabalhos, no momento de pensarem as instituições.

Volto ao sentido do aperfeiçoamento. Isso já vem sendo elaborado há muito tempo. As coligações produzem distorção, produzem aleatoriedade na tradução dos votos em cadeiras. E é perfeitamente possível alterar isso, sem comprometer o desempenho dos partidos que não são grandes, são médios ou pequenos, mas têm eleitorado significativo na sociedade brasileira.

A solução está dada ali. O cociente eleitoral no Brasil é cláusula de barreira, e é uma cláusula de barreira draconiana em diversos Estados. Isso evidentemente cria um incentivo para os pequenos partidos se coligarem. Isso cria uma barganha dos pequenos partidos com os grandes nas eleições executivas estaduais. Isso distorce o sistema proporcional.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Pois, então.

Assim, é importante que o sistema proporcional produza toda a sua potencialidade em termos de representação de minorias e de oferta de cadeiras significativas aos grandes partidos. A proposta é clara: aperfeiçoamento do voto proporcional no Brasil é manter o sistema proporcional, proibir coligações e, ao mesmo tempo, modificar o sistema de divisores, modificar o sistema de distribuição



de cadeiras, abandonando a noção de cota eleitoral e adotando alguma fórmula de divisores. É perfeitamente cabível e factível.

O Jairo havia mostrado um exemplo absolutamente ilustrativo daquilo que...

**(Não identificado)** - O que é cociente eleitoral?

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - No Brasil, cociente eleitoral é um número mínimo, que permite dar uma cota partidária. Vamos lá: votos válidos divididos pelo número de cadeiras — cociente eleitoral. Eu pego o cociente eleitoral e aplico no número de votos que o partido recebeu. Resultado dessa divisão: se o partido fez, por exemplo, 3,5, então ele tem 3 cadeiras. O número inteiro é o número de cadeiras que o partido tem. Correto?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Não tem problema algum. O problema no Brasil é que se o partido fez 0,9 ele não tem cadeira nenhuma, porque o número inteiro é zero. Ou seja, o cociente eleitoral no Brasil é uma cláusula de barreira. Isso cria um incentivo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Doze por cento. Varia. E é uma cláusula de barreira errática, porque varia de Estado para Estado e depende dos votos válidos. Está certo?

Acho que essa é uma maneira de criar incentivos para que os partidos produzam coligações em nome de trocas para o Executivo, ou seja, distorcendo a própria ideia de voto proporcional. É possível avançar nisso.

É a minha percepção. Vou em direção ao que o Jairo está sugerindo.

Vou terminar, porque já me alonguei bastante.

Não queria deixar de falar rapidamente sobre a lista fechada, ou lista aberta, ou lista flexível. Acho que temos de ter muito cuidado com isso. Certamente as eleições para a Câmara são o resultado de uma interação entre os eleitores e os partidos. Os partidos têm legitimidade e direito de mostrar ao eleitor quais são as suas prioridades em termos de lideranças, qual é o perfil que querem dar à sua bancada. Acho perfeitamente possível os partidos definirem, mostrarem ao eleitor as suas prioridades em termos de candidatura. Não vejo nenhum problema em relação a isso. Acho que é um problema interno dos partidos.



O meu problema em relação à lista fechada — chamando um pouco a atenção para o que o Cláudio provocou no início — se refere a como isso impacta o eleitor.

Voltando ao tema da não neutralidade de qualquer reforma política, se se apresenta a lista fechada tal como ela está sendo apresentada ao eleitor, evidentemente que o eleitor, independentemente das consequências, da sua intenção — não quero aqui polemizar, estou apenas mostrando como o leitor reage, é a psicologia, é fácil de prever...

Se apresentamos uma modificação desta natureza — fechou-se a lista —, evidentemente, o eleitor vai se sentir alterado no seu direito. E hoje ele tem direito de votar em alguém. No momento seguinte, ele não vai mais ter direito de votar em alguém. É uma reforma que não vai ser vista como democrática. É simples, é uma transferência de soberania.

Então, repito, a solução do Jairo é engenhosa. Isso ameniza. Os partidos apresentam uma ordem, porque é da sua legitimidade, do seu direito, mas dos eleitores, no momento atual do Brasil, não é retirado nada, ele continua votando como vota hoje. Acho que há uma solução engenhosa na proposta de lista flexível que o Jairo apresenta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado William Dib) - Obrigado, Prof. Fabiano Santos.

Passo a palavra, findando as exposições, ao nosso Relator, Deputado Henrique Fontana, para fazer suas considerações.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Bom dia, Sr. Presidente. Cumprimento V.Exa. e todos os colegas da Comissão Especial que vai produzir uma reforma política para o nosso País capaz de melhorar a política brasileira.

Cumprimento o Fabiano e os demais expositores. Desculpo-me com o Cláudio, cuja exposição não pude ouvir em função de um compromisso que tive. Mas todos nós sentimos a qualidade da contribuição que seguramente trouxeram a esta Comissão o Fabiano, o Jairo e o Cláudio.

Eu brincava com o Fabiano dizendo que o diálogo entre os Deputados e as Deputadas da Comissão tem apontado para essa lógica da temperança. Ninguém



aqui está com a ideia de que vai sair de um sistema caótico, horrível, que vai ser totalmente jogado na lata do lixo, para um sistema ideal, ótimo, que vai resolver todos os nossos problemas.

Todos aqui têm convicção de que o sistema político brasileiro pode, deve e vai melhorar com um conjunto de mudanças que vão ser pactuadas na temperança da disposição real dos partidos dentro da Casa, porque o eleitor foi que nos colocou aqui, com cada bancada de um tamanho. Portanto, cada um de nós que tem uma ideia deve procurar compor maioria com outras bancadas, para poder de fato mudar.

Eu sou muito simpático — o meu amigo Deputado Caiado disse isto — a um sistema eleitoral com voto em lista fechada, com liberdade para que os partidos instituem, em democracias internas, uma escolha democratizada dessas listas. Mas eu também gosto muito da política. Ao longo dos últimos anos, como todos nós aqui, eu me dedico a essa atividade. E os anos vão nos ensinando algumas coisas. Então, começo aqui a correr alguns riscos ao expressar algumas coisas que estão nascendo das diferentes conversas que temos tido com os partidos.

Quero aproveitar para dizer que a semana que vem está marcada conversa com o PV e com o PSC. Peço aos partidos com os quais ainda não conversamos que possamos marcar com a bancada inteira ou com o grupo da bancada, conforme a escolha de cada um.

Sinto que os sistemas puros não têm hoje maioria no Parlamento brasileiro, nem o que eu gosto, que é lista fechada, nem o distrital puro.

O desafio do Parlamento hoje é encontrar um sistema misto que possa, ao mesmo tempo, respeitar a cultura do eleitor, que vem de uma cultura de voto individual, e, de outro lado, fortalecer o componente de uma democracia — como disse o Ministro Jobim, aqui, na semana passada — que não seja de individualidades, porque ela não funciona, ela é muito anárquica. Ela não consegue produzir resultados com a rapidez necessária e com a qualidade necessária, a fim de as pessoas melhorarem de vida, se for uma democracia anárquica, baseada só em personalidades.

Então, se os partidos hoje têm limites e problemas, nós temos de fortalecer essa ferramenta, que é uma espécie de esteio, de alicerce da democracia.



Não estamos diante de uma ciência exata quando tentamos construir um sistema político, conforme ouvimos aqui dos dois convidados. Agora, eu tenho convicção de um tema, que quero partilhar: o sistema político atual brasileiro e a sua forma de financiamento é um incentivo permanente ao absurdo encarecimento das campanhas. O sistema faz nascer o encarecimento. Por quê? Eu, Relator, Deputado Henrique Fontana, fiz uma reunião com a minha coordenação de campanha quando faltavam 15 dias para a eleição. Tínhamos limites orçamentários, que não eram dos maiores. A minha campanha, por ser de um Deputado eleito e ter sido Líder do Governo, tinha um financiamento acima da média. Mas o que disse a coordenação? *“Não, Henrique, nós precisamos ampliar os anúncios em jornal, porque senão o nosso voto de opinião, que está na cidade tal, nós vamos perder, porque fulano está colocando...”* *“Não, mas, Henrique, lá na cidade tal, que tem um cara que tem um trabalho de 4 anos, nós sentimos que um outro candidato colocou 100 placas à semana passada. Se tu não colocares 100 lá, tu vais perder o espaço”.*

Então, cria-se uma espécie de tensão permanente, ansiogênica de que o candidato tem de autorizar mais gastos para que, de fato, o eleitor, que potencialmente ele quer que vote nele, possa votar. E aí dá essa diferença. Eu até fiquei muito impressionado com o dado que o Jairo trouxe: que se financia uma campanha nacional na Inglaterra com 180 milhões e no Brasil com 2,3 bilhões. Mas o dado que nós temos, se não me engano, é 3,6 bilhões.

Então, é muito caro esse sistema, gente!

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Isso.

Outra coisa: quem paga tudo isso é a sociedade, porque o dinheiro, que é contribuição da empresa pelo meio legal, está embutido no custo do produto que nós compramos daquela empresa. Evidente! Não é uma doação. Por exemplo, a diretoria da empresa vende quatro imóveis do patrimônio pessoal e doa para... Então, está tudo embutido. O povo está pagando.

Por isso que nós temos encontrado, nesta Comissão, muita força para o financiamento público exclusivo de campanha. Tenho muito medo dessa coisa.

Quero concluir dizendo — agora é a hora de começarmos a falar um pouco mais do que estamos pensando, porque está chegando a hora de fecharmos — que



tenho muito medo desse incentivo ao financiamento misto, pois continua um problema sério na democracia: o candidato que tem muitos amigos e apoiadores com alto poder aquisitivo — tudo bem, tu podes botar ali um limite de 2 mil, 3 mil só para pessoa física — consegue 200 amigos de 3 mil, 600 mil reais. E o candidato que não tem nenhum amigo, nem ele pode colocar o dinheiro xis, não consegue 10 mil.

Está em nossos dados que, é evidente, há diferenças. A possibilidade de sucesso de uma candidatura a Deputado Estadual ou Federal hoje está diretamente relacionada ao volume de arrecadação. E isso pode ser calculado de diversas formas. A Consultoria, a meu pedido, tem feito um conjunto de dados. Agora, a democracia pressupõe — não somos ingênuos, há diferenças; estamos numa sociedade de diferenças — um esforço para aproximar as chances dos candidatos, a fim de que aquele que está pensando em ser candidato, mas não é, tenha coragem de ser. Por isso é que o fim da coligação proporcional é bom.

Eu disse a dois líderes do PCdoB, que me questionaram semana passada, que a lógica é outra. Se se acabar com a coligação proporcional, um partido pequeno, ao invés de ter que escolher um só candidato, terá de negociar com o candidato a prefeito, a governador, o seguinte: ganhar a legenda na proporcional, a fim de colocar um só candidato a Deputado Federal na chapa, e apoiar o candidato a Governador.

**(Não identificado)** - Isso é feito todos os dias.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Todos os dias.

O que isso significa? Eu sou de um partido que hoje é grande, mas que antes era bem pequeno. Eu estou nele desde o início. Aliás, ele cresceu no sistema proporcional. Havia vinte candidatos em todo o Estado sabendo que, talvez, não iriam se eleger. Mas poderia haver um felizardo que se elegeisse com a soma dos votos dos vinte. E isso, na minha opinião, é bom, porque gera um incentivo coletivo para se buscar um resultado.

O PCdoB e o PV são exemplos de partidos menores, mas que são muito importantes para a democracia.

Eu sou contra a cláusula de barreira. Inclusive, gosto muito dessa ideia do divisor. Quero até pedir ao Jairo que a coloque no papel. Eu vinha pensando na



ideia de acabar com o quociente eleitoral para o cálculo das sobras, uma maneira indireta que pode dar um resultado próximo a esse aí. Mas gostei muito desse sistema do divisor porque garante mais o direito de minorias.

O PCdoB, o PV, o PSC ou outro partido, nesse caso, vão fazer o quê? Por exemplo, na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Em vez de terem um candidato só, o dirigente do partido vai procurar filiar outras pessoas, aproximar mais gente da sociedade dentro da política. E filiação partidária hoje não é um grande título.

Eu costumo dizer brincando que, do jeito em que as coisas estão postas...Antes, quando eu me apresentava como médico, diziam: *“Oh! Que bom! Tu ‘é’ médico! Uma profissão muito...”* Hoje, quando eu me apresentar como Deputado, o *glamour* é menor. Mas nós temos que inverter isso, porque, afinal de contas, o interesse público do que faz um Parlamentar, um Prefeito, um Governador é enorme.

Então, o PCdoB, o PV, etc., vão tentar ter oito, dez candidatos naquela cidade. Isso melhora, oxigena a democracia. É evidente que vamos ter, na minha opinião, o direito da chamada federação partidária.

Há um problema que todo o mundo comenta: se nós vamos para um sistema de lista flexível, se nós vamos para um sistema proporcional de voto duplo — como eu tenho advogado aqui perante os colegas — , o cidadão elege o partido da sua preferência e, a seguir, escolhe o candidato da sua preferência. Aí todo mundo me diz: *“Mas, Fontana, o problema é o seguinte — o Marcelo me disse isso seguidamente, a quem eu quero homenagear aqui — : tu não ‘resolveu’ o problema que tem a disputa intrapartidária, da campanha individual de cada um, de botar cem placas, duzentas placas, quinhentas, mil?”*

Tudo o que a gente conhece é que este é um sistema caótico.

Governador Azeredo, na última campanha, sinceramente, eu participei de uns quatro ou cinco debates. No mais, eu andei, de cidade em cidade, organizando, evidente, um comício, um jantar, etc. Aquela coisa bonita, que é da democracia, de chegarmos a um lugar e perguntarmos, eu e o Alceu, por exemplo, ao candidato do PP, ou do PT, do PSDB, de outro partido, o que ele tem de diferente para o Parlamento. Pouco aconteceu.



Eu tenho pensado muito como fazer conviver o financiamento público com o sistema misto, que tem limitador nessa disputa pelo voto individual. Porque se a disputa pelo voto individual ficar liberada, como é o sistema de hoje, será muito complicado. Tem de haver um limitador para o tipo de volume de campanha individual, para que cresça a campanha partidária, etc., dentro dessa nossa visão.

Eu quero agradecer muito as sugestões de vocês. Eu, relator, estou sempre com o telefone celular ligado para ouvi-las, e também com o *e-mail* aberto, que é *henriquefontana@terra.com.br*, para recebê-las, porque está chegando a hora de afunilarmos...

A minha última frase boa é a seguinte: parece que os tempos do Senado e da Câmara estão se aproximando.

O Presidente da CCJ disse em entrevista, a qual eu li, que, para final de junho, início de julho, a CCJ deve concluir votações. Nós também concluiremos votações. O começo foi um pouco diferente, mas estamos ajustando as datas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado William Dib) - Muito bem!

Este seria o momento de eu passar a palavra aos três autores dos requerimentos. Só vou citá-los porque estão ausentes: o Deputado João Paulo Lima, que convidou o ilustre Prof. Cláudio Gonçalves Couto; o Deputado Ronaldo Caiado, que estava até há pouco, que convidou o Prof. Jairo Nicolau e o Prof. Fabiano Santos; e o Deputado Ivan Valente, que convidou também o Prof. Jairo Nicolau.

Vou passar agora à lista de inscrições.

Peço aos nossos convidados que anotem as possíveis perguntas, porque nós vamos ouvir os Deputados que desejam fazer uso da palavra e fazer perguntas. No final, vocês passarão a dar as respostas, em globo, porque as perguntas, às vezes, podem ser repetitivas.

A primeira inscrita é a Deputada Rosane Ferreira.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Bom dia a todos; bom dia, Sr. Presidente.

Primeiramente, quero parabenizar os autores dos requerimentos por terem nos proporcionado este momento. E parabéns pelas exposições!

Eu quero responder a um questionamento do Sr. Fabiano: aonde nós queremos chegar? qual é o norte? o que pretendemos com essa reforma?



Eu quero a reaproximação ou aproximação do eleitor com o eleito; eu quero fazer com que as pessoas acreditem que a política partidária é a única forma de melhorar a vida em sociedade. E não há outra. É através da política partidária que se constroem todas as demais políticas públicas. E isso tem de ficar muito claro para a nossa sociedade.

Prof. Jairo, o senhor coloca este dado: um mês depois, 70% do eleitorado não sabe em quem votou, etc., aquelas questões já apresentadas. É uma pesquisa séria. E digo mais: eu fui eleita Deputada Estadual e, agora, Deputada Federal. Este é meu segundo cargo eletivo. A minha campanha para Deputada Estadual pelo Partido Verde, sem coligação, a primeira de uma lista aberta lá no meu Estado, foi muito barata. Ou seja, esse sistema não é ruim; ele proporciona que eu esteja aqui.

Lembro-me de que no dia da eleição, quando cheguei para votar em minha seção eleitoral, deparei-me, em frente ao meu colégio, com muitos papéis no chão. E, entre eles, os meus santinhos. Eu havia feito um acordo com a minha equipe para que aquilo não acontecesse. Fiquei muito chateada e envergonhada de ver as escolas emporcalhadas daquela forma. Voltei para o meu comitê e disse que não iria sair, porque estava constrangida com aquela situação. A coordenadora da minha campanha, uma amiga pessoal que me acompanha há muito tempo, me pôs no carro e disse: *“Vamos até a frente do colégio. Nós vamos ficar de 3 a 5 minutos, no máximo. Se em 5 minutos ninguém juntar um papel do chão para eleger alguém, nós mesmas vamos juntar em todos os colégios os seus panfletos.”*

Nós fomos para a frente do colégio. Chegamos lá, e foi exatamente o que aconteceu. Observando do carro, em 5 minutos vários eleitores chegavam à frente do colégio e, com o pé, espalhavam os papéis e juntavam os panfletos para votar.

Isso não fez com que eu mudasse de ideia. Continuo sendo absolutamente contra essa situação. Mas isso do santinho, da forma de escolher, da irresponsabilidade de trazer para cá pessoas que não os representam, é muito difundido, é uma das coisas que nós temos que discutir.

Nós podemos fazer isso através de uma reforma política? Não sei. Talvez nós pudéssemos fazer isso através de um investimento maciço em educação e pudéssemos esperar vinte anos para que essa coisa toda mudasse. Mas nós temos uma vontade, a de que isso aconteça mais rapidamente.



Então, são essas as questões que nos trazem aqui.

Por fim, até para oportunizar que outros Deputados possam falar, eu gostaria que o senhor retomasse, Sr. Jairo, aquela projeção da história ou do exemplo do Espírito Santo, de como são construídos esses divisores. Eu achei que foi um ponto muito importante. É para que pudéssemos discutir. Até porque alguns Deputados agora presentes não estavam naquele momento da sua apresentação. Então, rapidamente, para que pudéssemos rever aquela questão.

Tenho batido também — não é o motivo da minha fala hoje — no ponto coincidência de mandatos. Somente com relação a este ponto, eleições concomitantes, quero fazer um relato: ontem, para meu espanto, foi apresentada essa questão com Vereadores e Prefeitos do Estado do Paraná, cerca de cinquenta a sessenta políticos do Paraná. Já é uma pauta de reivindicação dos próprios Prefeitos e Vereadores de que haja eleições concomitantes, como uma forma de reaproximar e de baratear custos e como uma forma principalmente de se construir em conjunto os orçamentos públicos.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado William Dib) - Vou passar a palavra ao autor do requerimento, Deputado Ronaldo Caiado, que convidou os Profs. Jairo Nicolau e Fabiano Santos.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nossos palestrantes e nosso Relator, boa tarde. Peço desculpas por não ter chegado no momento em que o Cláudio já tinha feito sua exposição e já no meio da exposição do Jairo.

Sr. Presidente, eu quero ser mais sucinto e dizer que, modéstia à parte, alguns aqui, como eu, a Deputada Erundina e o Deputado Fontana, já fazemos parte desta Comissão há mais de 9 anos.

Hoje nós aprendemos muito, até porque vocês debruçam sobre o tema, se dedicam a ele. O Jairo Nicolau disse que a aptidão dos Deputados é tão efervescente, que eles têm uma capacidade de criar sistemas eleitorais por minuto. Nós até já ganhamos do Jairo em possibilidade de modelos e sistemas que possam ser construídos.



Acho que nós estamos tentando evoluir para um processo em que... Talvez eu discorde um pouco daquilo em que tenho insistido e que o Prof. Fabiano destaca: uma coisa é financiamento de campanha; outra coisa é sistema eleitoral.

Agora, eu pergunto a V.Sa.: com raras e honrosas exceções ou de personalidades que estão muito em evidência, V.Sa. conhece algum Parlamentar ou número significativo de pessoas que tenham interesse pela vida pública, tenham espírito público, ou que tenham galgado grandes posições na política brasileira, sem que por trás deste tivesse uma estrutura de máquina de governo ou de poder financeiro na sua campanha eleitoral?

Eu costumo enfatizar muito a diferença entre a teoria e a prática. A teoria é maravilhosa. Agora, a realidade que estamos vivendo aqui — o Deputado Fontana narrou e a minha colega acabou de narrar —, nos constrange. A realidade em que vimos um Roberto Magalhães renunciar a vida política, ou o José Eduardo, do seu partido, numa carta que todos nós assinaríamos em baixo, quando ele se afastou da política... Nomes que realçam o Congresso Nacional, que têm conteúdo, que argumentam e fazem uma discussão consistente na Casa, essas pessoas estão batendo em retirada.

A cada momento, pergunto se o sistema eleitoral hoje é de altíssimo risco para o candidato e para o financiador. Porque se o político que ele apoiou se envolveu em um escândalo, ele, empresarialmente, está envolvido no financiamento de um cidadão que não foi digno do apoio que a empresa lhe emprestou e do dinheiro que ele financiou. Da mesma maneira, se a empresa também amanhã está envolvida em um escândalo, o primeiro que é chamado a dar satisfação é exatamente o candidato. “Mas eu não tenho nada a ver com a vida interna”. “Não interessa; o senhor foi financiado”.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Até que provem o contrário, você já é culpado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Você já é culpado. Então, vocês devem entender que é tudo muito bonito no papel, é tudo muito lindo.

A realidade das nossas campanhas eleitorais estão provocando... Isso é uma realidade, não é mais retórica. O cidadão que não tem mais nada a perder ou que já está no processo ou que acha que ainda pode sobreviver a mais um mandato...



Cada eleição é um processo de tensão. É um processo que... Durante 4 anos você fica imaginando que alguém que realmente depositou e fez o financiamento, conforme as normas legais, ou a sua prestação de contas, a qualquer momento pode lhe surpreender e você ser envolvido em um escândalo — a sua vida pessoal, política, a sua história ser maculada, e você injustamente ser crucificado.

Esta é a realidade.

Não adianta vir desenhar para mim o modelo A, o modelo B, o francês, o inglês, o americano. Esta é minha opinião. Respeito os que são contrários a ela.

Isto é maravilhoso. Revisão bibliográfica é a coisa mais linda do mundo. Temos de ter cultura. Eu sou médico, tenho que me aperfeiçoar em técnica cirúrgica, senão eu vou perder o espaço. Porém, quero dizer claramente que nós precisamos ter um único foco. A cultura que foi construída e que é dominante no País é somente uma: a cultura da compra de votos, com raras e honrosas exceções. Esta é a realidade.

Por acaso, V.Sas. conhecem algum candidato que saiu abonado, comprando colégios eleitorais, lideranças políticas, e que não foi eleito? Pode ser na majoritária; na proporcional, não tem nenhum. Podem não ter sucesso na majoritária; na proporcional, todos saem eleitos. Todos, sem exceção. Repito: sem exceção.

Então, a postura, o conteúdo, a capacidade de trazer temas relevantes, de debater, de dar realce a seu Estado, de trazer uma política de discursos sobre temas relevantes para o País, isso está perdendo espaço para o cidadão que tem de cavar a condição de liberar emenda, para aquele que tem de saber como será financiado na próxima eleição.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Tem um centro assistencial...

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Exatamente. Está ali como *office boy*. É nisso que está sendo transformado o Congresso Nacional. Esta é a radiografia real.

Mas, e os grandes temas? Grandes temas?! Isso, Deputados, não elege ninguém. Eu vou cuidar de resolver a minha 'emendinha' lá no meu Município; e vou chegar lá para entregar um trator ou uma ambulância, porque, senão, amanhã eles vão cobrar o que você fez.

Esta é a radiografia real, o Brasil como ele é.



**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Caiado, deixa apenas eu te ajudar com um exemplo. É bem rápido.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Existe aquela outra história que todos os candidatos aqui ouvem. O candidato chega a um local, onde tem trabalho político feito, etc. E vai começar a organizar a campanha naquela cidade. Nesse momento, chegam três ou quatro lideranças, que propõem: *“Olha, Fontana. Dá para você fazer 3 mil votos aqui no nosso Município. Agora, para organizar a campanha nós precisamos de tanto, de uma estrutura”*.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Uma estruturinha terrível!

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - *“Eu voto; o meu voto você tem. Agora, se quiser ter mil votos é diferente.”*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Imaginem que maravilha o dia em que nós chegarmos e dissermos que podemos organizar um debate sobre o futuro do País! Porém, a questão do dinheiro... Tu sabes que agora o candidato nem recebe mais dinheiro. Já pensou que maravilha?

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - É isso aí. Essa é a nossa realidade.

Então, hoje, eu proporia o seguinte. Qual é a medicação certa para o paciente? O que eu proporia? Ora, é pneumonia?! Está na moda agora. Então é antibiótico. Não adianta eu dar apenas anti-inflamatório ou analgésico. Não adianta eu querer desviar o foco. Não adianta eu argumentar: olhem, a realidade nossa é outra; porque o modelo é maravilhoso, porque é isso, porque é aquilo. Não. A realidade que nós estamos vivendo é exatamente esta.

Não vou me prolongar porque há outros colegas que vão também expressar seus posicionamentos. A formulação que faço — infelizmente não participei da palestra do prof. Cláudio — é que os demais reflitam sobre isso.

Peço que, além das convicções que V.Sas. têm, debrucem sobre algo que pudesse ser, talvez, um antídoto, uma vacina; mesmo que não fosse tão eficiente, mas que começasse, aos poucos, imunizar.

A minha colega disse que, se talvez nós investíssemos na educação, (concordo plenamente), poderíamos ter um resultado daqui a vinte anos. Para que



talvez nós pudéssemos atender, antes desses vinte anos, a algo que desse uma condição para continuarmos no plenário, debatendo, discutindo o Brasil, a realidade dos nossos Municípios, mas com temas e com projetos que fossem voltados exatamente para aquilo que é nossa responsabilidade e que não desviassem a nossa função...

Esse é o constrangimento causado a todos nós Parlamentares, hoje. Muitos que estão aqui têm voz de opinião, se elegem por uma característica própria do trabalho que já desenvolveram.

Pessoalmente, se eu fosse defender, do ponto de vista pessoal... Talvez durante a minha vida eu vinculei muito o meu nome nas campanhas, o voto de opinião. Então, ninguém mais do que eu defenderia o voto nominal.

Fosse uma defesa pessoal, pela minha vida política, pela minha história política no meu Estado e tudo.

Não é isso. Eu estou preocupado com a maneira como nós vamos trazer figuras que venham engrandecer esta Casa, contribuir para o bom debate.

O Deputado Ivan Valente não está presente. Estão aqui o Deputado Alfredo Sirkis e a Deputada Luiza Erundina. Nós temos posições divergentes em várias matérias, mas uma convivência respeitosa, onde o debate é de conteúdo.

Não estamos aqui discutindo: *“Olha, eu vou lhe tomar o colégio eleitora A”*. Ou: *“Ah! eu já dei conta de lhe derrotar no município tal porque lá eu já consegui tantos vereadores e tantos prefeitos porque eu liberei a emenda tal”*.

Esta é a vida política hoje. Esta é a realidade. Venham para cá assistir. Venham ser Deputados durante um mandato e vejam qual é a realidade. Depois partam para a reeleição. Debatam reforma política aqui durante 24 horas, e depois voltem para as bases, a fim de buscarem votos.

Isso é para V.Exas. fazerem uma reflexão.

Muito obrigado, Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o Brasil. A vida como ela é — como dizia Nelson Rodrigues.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Almeida Lima) - A procura por um modelo perfeito é incessante. Não o vamos encontrar mesmo. Precisamos, sim, achar o consenso. Estamos tentando.



A reforma política se faz necessária muito mais em razão do aumento do poder econômico decisório nas campanhas do que em virtude da necessidade de aproximar o eleitor do eleito.

Acredito que o grande incômodo para quem quer o bem, quer construir uma sociedade mais justa, está na forma de financiamento de campanha.

Mostrei ao Fábio a conta final da eleição passada: sem contar as despesas realizadas pelos diretórios partidários e comitês financeiros, sem contar os serviços de radiodifusão, o tempo gratuito de televisão e o que é descontado em tributos, que se calcula seja 1 bilhão, a última eleição custou aos cofres 5 bilhões de reais — no caixa um.

Vou chamar o próximo orador, Deputado Alfredo Sirkis, mas agora preciso me retirar. Peço desculpas aos convidados, mas tenho um avião me aguardando.

Peço ao Deputado Ronaldo Caiado, Terceiro-Vice-Presidente, que assuma a Presidência.

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - Sem querer repetir muito o que o Deputado Ronaldo Caiado falou — embora tenhamos divergências com relação a uma série de temas, neste especificamente temos visão muito parecida —, reitero que, quando eleito para o primeiro dos meus quatro mandatos de Vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, éramos quarenta e dois. Dezoito não levavam grana. Quando da segunda eleição, em 1992, baixou para dez. Hoje são cinquenta e um. Se houver sete ou oito que não levam grana, realmente, é muito. Os esquemas de corrupção estão institucionalizados. Há caixinhas em empresas de ônibus, por exemplo.

Eles roubam muito para si, mas roubam principalmente para financiar o seu centro assistencial, base da política. Nesse centro, cerca de quinze mil ou vinte mil desvalidos recebem consulta médica, odontológica, oftalmológica, material de construção, trabalho de despachante. Um sujeito desses pode ser flagrado pela reportagem do *Jornal Nacional* cometendo ato de pedofilia, que vai ter os mesmos votos daqueles desvalidos, para os quais ele é herói e provedor. E digo mais: eles querem mais é que o sujeito roube, porque, quanto mais roubar, mais vai ter para repartir com eles.



Quando me elegi pela primeira vez, achava que esses personagens enganavam o eleitor. Hoje não tenho mais essa ilusão. As pessoas sabem perfeitamente em quem votam. Acreditam que todos os políticos são ladrões e votam naquele ladrão porque ele é, pelo menos, provedor de alguma coisa.

Essa é a essência do sistema político atual. O voto de opinião diminui a cada eleição, e a nossa inviabilidade aparece cada vez mais no horizonte.

Este sistema é ruim porque exacerba o individualismo. O microcosmo da política passa a ser a carreira política individual. O principal adversário do político é o próprio colega de partido, que disputa o eleitorado que está mais próximo desse político. Então, a vida política é feita de cotoveladas, e isso prejudica a governabilidade.

Para montar uma coalizão de partidos para efeito de governabilidade não basta negociar com as direções partidárias; é preciso negociar individualmente com cada Deputado. A moeda de troca são cargos no Executivo, o que impede o bom funcionamento da máquina pública — de preferência, cargos que mexem com orçamento, licitação e formam caixa dois.

Na verdade, no sistema eleitoral, aqueles políticos que têm integridade começam a arrecadar na época da campanha eleitoral e são, muitas vezes, estigmatizados por isso. Eles arrecadam junto aos empresários que conhecem. E como provar que aquela contribuição não influenciou em nada o mandato? Eles podem ter essa convicção, isso pode ser absolutamente verdade, mas provar é complicado. Esse tipo de político já entra em condições de extrema inferioridade em relação àquele que, exercendo cargo público ou mandato, ao longo dos anos foi formando o seu tesouro de guerra, com base em licitação e em licença “mutretada”, em caixinha de empresa de ônibus, etc., etc. Esse, quando entra na campanha eleitoral, já está forrado. O que ele arrecadar durante a campanha será um *plus*.

Esta é a realidade da política brasileira, infelizmente: ela é desagregadora e deseducadora; ela inibe cada vez mais o voto de opinião, e estimula cada vez mais a compra de votos, que se dá de por meio de centros assistenciais ou de forma direta, em alguns lugares.

Lembro que certa vez fui a uma reunião do PV no Mato Grosso do Sul. Na oportunidade, sentei-me em uma mesa de bar frequentado por políticos. Toda a



conversa era a respeito de compra de voto: fulano tem uma boa técnica na compra de voto, porque tem certeza de que o sujeito cujo voto ele comprou vai chegar lá.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS** - É isso.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, existem alguns milhares de cabos eleitorais, cada um controlando xis votos numa comunidade específica; e eles vão pululando de um partido a outro ao sabor da dinâmica da eleição.

É absolutamente verdade o que falou o Deputado Ronaldo Caiado: se você tiver dinheiro e um *insider* que conheça esses personagens, que seja capaz de abrir o mapa e dizer “*favela tal, isso; bairro qual, aquilo*”, não há como deixar de ser eleito. A questão é dinheiro, é saber comprar os cabos eleitorais certos. Isso é a política brasileira.

O que temos discutido e proposto? Sou defensor do voto em lista, como V.Exas. sabem — temos discutindo o assunto em muitas ocasiões —, mas não acho que ele seja viável, pelas razões que V.Exa. mencionou. Existe uma cultura na política brasileira que vem de antes de 1964. Temos esse voto peculiar a que chamo de voto jabuticaba, mas aqui se vota na pessoa. O somatório dos votos individuais dá o quociente do partido.

Por que é tão injusta a cláusula de barreira? Sou favorável à cláusula de barreira, dentro do voto em lista, no qual, de fato, vota-se no partido. Hoje não se vota no partido.

Existe um somatório de votos individuais. Ninguém consegue fugir da realidade que acabei de referir, nenhum partido consegue. Existe um somatório de votos individuais. No fundo, para ter muitos votos, o partido precisa atrair candidatos com capacidade de mobilizar cabos eleitorais como esses a que me referi, que estão ali à disposição para serem comprados.

Não acho que o resultado eleitoral corresponda à confiança depositada pelos eleitores em determinado ideário ou programa partidário. É a soma aritmética dos políticos filiados a esse partido que, através de suas várias técnicas, conseguiram somar xis percentual de votos.

Por outro lado, existe uma rejeição grande tanto na opinião publicada e, conseqüentemente, na pública, em relação ao voto por lista. Há um famoso colunista



que diz que vão tungar o direito do eleitor de escolher o seu candidato. Há uma antipatia em relação a isso, reconheço.

Por querermos de fato uma reforma política que não bata na trave pela enésima vez nós, nos inclinamos... Eu estou propondo uma modalidade mista diferente da do Henrique Fontana, e vamos acabar nos acertando. Tenho proposto o que chamo de voto distrital misto plurinominal, em que a metade seria eleita pela lista, na forma proposta pelo Caiado da última vez que discutimos isso. O financiamento seria exclusivamente público. O segundo componente seria em grandes distritos, nos Estados com mais de oito Deputados, onde as minorias não ficariam totalmente esmagadas; ter-se-ia uma chance. Por outro lado, haveria uma certa regionalização do voto, não tão grande como no distrito uninominal.

Acho que o distrito uninominal no Brasil não é viável porque temos eleições simultaneamente de Deputado Federal e Deputado Estadual, e teríamos que trabalhar com distritos que coincidem no tempo, mas não no espaço; ao passo que, no plurinominal, tendo-se seis, sete, oito candidatos a Deputado Federal, haveria, sei lá, nove, dez, onze candidatos a Deputado Estadual, e se poderia, dentro de um mesmo distrito, fazer esse escrutínio.

Essa eleição teria algum grau de financiamento privado, mas isso seria da seguinte maneira: a doação sempre seria feita para um caixa de doação, aceitando-se pessoa jurídica, sendo para o partido. O partido distribuiria isso de forma absolutamente equânime entre os seus vários candidatos na componente majoritária; e o diferencial seria que cada um desses candidatos teria direito de pessoalmente arrecadar, inclusive pela Internet, contribuições de pessoas físicas.

Acho que esse sistema, da mesma forma que aquele que o Fontana propõe, o voto proporcional misto, teria eventualmente condições de transitar aqui dentro e ser, de alguma forma, aceito pela opinião pública, porque estaria, de um lado, fortalecendo os partidos, e, por outro lado, estaria fortalecendo as lideranças políticas, ao mesmo tempo em que se estaria regionalizando o exercício eleitoral.

Esta é a ideia que estamos trabalhando.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Eu pediria a compreensão de todos e a solidariedade dos colegas porque temos inscritos os Deputados



Marcelo Castro, Alceu Moreira, Efraim Filho, Fernando Ferro, Eduardo Azeredo, Luiza Erundina e Reguffe. Se todos estiverem de acordo... Lógico, que fica na consciência de cada um. Não quero ser tão rígido regimentalmente. Mas que pudéssemos dar a oportunidade para que os nossos palestrantes ouvissem cada um de nós e, ao mesmo tempo, pudessem ter a oportunidade de almoçar antes de retornar a seus Estados.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - E responder às perguntas. Estão questionando para quê? para eles não responderem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Passo a palavra ao Deputado Marcelo Castro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Cumprimento os palestrantes. Foram três belíssimas palestras, com muitas informações, muito conteúdo. E me deleitei muito aqui, Jairo, com a sua explanação. O senhor é um professor de mão cheia, muito didático e convincente; trouxe as transparências, se preparou bem para a palestra. Meus parabéns pela exposição!

Gostei muito dessa substituição do quociente pelo divisor, que — vou estudar melhor — me pareceu bastante interessante, por facilitar a eleição dos Deputados que pertencem a pequenos partidos, mas também por impedir o Efeito Enéas, que obteve um milhão e seiscentos mil votos e levou mais quatro nas costas dele, que chegaram aqui com trezentos votos. Esse seu sistema impediria que isso acontecesse, porque vai pelos partidos que obtiverem a média maior, se eu entendi bem.

Vamos ao nosso sistema.

Outro dia estive aqui o Presidente do TSE, que, com as todas as letras, defendeu o sistema atual. Eu quase caio da cadeira. Ele é o Presidente do TSE, mas parece que é o presidente do TSE de Marte. Porque no Brasil é outra a realidade; as campanhas que fazemos aqui não têm nada a ver. Eu nunca fui candidato pela Inglaterra, França ou Suécia, mas aqui no Brasil estou acostumado. Nasci, como se diz, com os dentes dentro da política. Meu pai é um velho político do PSD, que estamos refundando agora.

Vou lhe dizer: pior que este nosso sistema acho difícil de encontrarmos outro — de eleição de Parlamentares, de campanhas...



Vamos eleger os defeitos principais do nosso sistema, que eu enumero.

Primeiro, como o Jairo disse, o distanciamento do eleitor do Deputado. Se o eleitor não sabe nem em quem votou, vai cobrar o que de quem? Setenta por cento não têm ligação nenhuma com o Deputado.

Outro defeito, que não foi comentado hoje, mas que já comentei em outras oportunidades, é o de que se vota num e elege-se outro. Já citei o meu caso no Piauí, onde fomos quatro candidatos pelo PMDB: dois foram eleitos, dois perderam. Um dos dois que perdeu a eleição era um pastor protestante. Quem votou nele? Uma clientela definida para ele vir para cá defender a religião dele. Quem veio para cá fui eu e outro, que poderíamos ser ateus. O camarada vota no religioso e elege um ateu para vir para cá para defender a causa dele, certamente. Deus escreve certo... *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Só pode ser um caso desses. O sistema proposto pelo Jairo, o da lista flexível, é interessante por um aspecto, mas acho que ele não elimina os dois males principais do nosso sistema. O Sirkis já disse que há uma luta fratricida entre os candidatos, porque, quando se sai candidato por um partido, o seu maior adversário, o seu maior inimigo é o seu companheiro de partido. Ele pode estar pouco se lixando: *“Ah! O fulano de tal vai ter muitos votos em Floriano? Por mim...”* Ou porque fulano de tal vai ter muitos votos em... Problema nenhum! O problema é o camarada do meu partido ter votos em Floriano, e, aí, me trazer complicação, porque, se ele tiver mais votos do que eu, ele vai para o meu lugar; eu fico lá e ele vem para cá.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - A recíproca é verdadeira.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - E o outro problema, Jairo, é que o seu sistema permite as campanhas individualizadas. Tenho discutido muito com o Fontana, que acha que se podem colocar regras, não sei mais o quê. Mas não funciona! Quando solta o camarada na campanha para cada um se eleger por conta própria pode-se colocar regras do tamanho do mundo: não pode isso, não pode aquilo; o cavalete é do tamanho tal, vinte e cinco centímetros mais três milímetros... Pode ser do jeito que for, mas ele vai fazer o que tiver de fazer para se eleger e ter



mais voto que o colega do partido, e estamos conversados. Para isso, se for preciso vender a alma, ele vende; se for preciso vender a mãe, ele vende. Estou exagerando...

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Só não entrega.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Só não entrega. *(Risos.)*

Há um assunto sobre o qual não falamos: caixa dois.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Isso não existe.

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Isso não existe. *(Riso.)* Tenho um amigo que diz o seguinte: *“Marcelo, os endocrinologistas”* — aqui há muitos médicos, eu fui médico também — *“têm uma máxima: existem dois tipos de gordo, o que come muito e o mentiroso”*. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Dois tipos de quê?

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Dois tipos de gordo: o que come muito e o mentiroso. É uma máxima que eles têm na endocrinologia. E tenho um outro amigo que diz: *“Existem dois tipos de político, o que tem o caixa dois e o mentiroso”*. *(Risos.)* É claro que nós não concordamos com isso, não é? *(Risos.)* Mas é o que ele diz.

Agora, qual é realmente o maior mal do nosso sistema eleitoral? É o custo exorbitante das campanhas, que, em consequência, traz a influência preponderante do dinheiro nas campanhas eleitorais. Eu não sou ingênuo, tenho 60 anos de idade, sei que moramos num país capitalista, a influência econômica vai acontecer em todos os sentidos da vida. Se até em eleição de *miss* há influência de poder econômico, como não vai haver nas eleições? É claro que vai haver. Só não pode ser como é hoje, porque nas campanhas proporcionais é quase exclusivo o poder econômico.

Foram citados alguns exemplos. O nosso colega Ibsen Pinheiro. Havia político no Congresso Nacional mais qualificado, mais preparado, com mais hombridade, com mais espírito público, com mais dedicação? E ele não foi candidato. Por quê? Por que odeia a vida pública? Não, ele adora a vida pública. Foi por causa do nosso sistema, que é terrível.

Outro exemplo é Humberto Souto, que já foi Líder do Governo, Líder da Oposição, Ministro do Tribunal de Contas, Presidente do Tribunal de Contas,



realizou uma luta belíssima aqui, no passado, pelos *royalties* do petróleo — Minas Gerais têm mil Prefeitos, e todo Prefeito vai receber 1 milhão e tanto por conta disso. No entanto, ele foi derrotado na eleição.

Há outros exemplos, como um caso do Piauí da época em que eu ainda era estudante de Medicina. Eram oito Deputados no Piauí, dos quais dois se destacavam, eram os melhores disparado. Quando terminou a eleição, foram os dois derrotados. Outro exemplo é o de Celso Barros, que foi Líder do PMDB, um professor de mão cheia, um jurisconsulto, competentíssimo, foi Deputado Federal e várias vezes candidato. Perdeu a eleição por quê? Porque não tinha dinheiro.

Já que estou citando nomes — e me perdoem por fazê-lo —, vejamos o caso de Meirelles. Cidadão muito competente, inteligente, preparado, fez um belíssimo trabalho à frente do Banco Central, mas não morava no Brasil. Morava nos Estados Unidos, onde era Presidente do Banco de Boston. Não tinha militância política, não tinha causa para defender, não tinha bandeira, não era conhecido, mas chegou a Goiás, candidatou-se a Deputado Federal. O que se poderia esperar de uma candidatura dessa? Estaria fadada ao fracasso. Ninguém o conhecia, ninguém sabia quem ele era, não morava lá, mas foi o mais votado do Estado de Goiás.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Marcelo, ele fez dois milagres: o primeiro foi ganhar pelo PSDB; o segundo foi ser Presidente do Banco Central no Governo Lula. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO** - Então, o sistema de hoje inibe as boas lideranças, ou as destrói, ou as impede, ou provoca constrangimentos. Quem não tem constrangimento ao sair pedindo dinheiro para campanha? Os que têm vergonha ficam constrangidos. Mas há outro caminho? No sistema atual, ou vai assim, ou não vai.

Há entendimento no Congresso Nacional de que o nível está piorando. E nós atribuímos isso ao nosso sistema eleitoral. Está aqui o Deputado Sirkis, que acabou de dizer que, no Rio de Janeiro, 18 Vereadores não recebiam grana — eu não sei o que S.Exa. quer dizer com isso, eu não sei o que é receber grana. Depois passaram para 10, hoje só são 7 ou 8. E essa é a notícia de todo mundo. Então, se chegar hoje aqui um camarada e disser que vai se candidatar no Piauí, pergunta-se: “*Tem dinheiro ou não?*” Se tiver, está eleito; se não tiver, não está. “*Ah, mas ele nunca*”



*colocou os pés no Piauí!*” Isso é insignificante diante de como as campanhas são feitas hoje. Essa é a realidade.

Vamos considerar novamente o exemplo de Meirelles — eu já sei que ele vai ficar com raiva de mim. Se Meirelles resolver mudar o domicílio para o Piauí, eu não tenho o menor receio em dizer que ele vai disputar comigo o primeiro lugar. Em seis eleições seguidas, eu fico em primeiro lugar no Piauí, mas, se ele for candidato lá, acho que já perdi o primeiro lugar para ele. O Piauí é diferente do restante do Brasil? Talvez um pouco, mas não completamente. Isso pode acontecer em qualquer Estado. Aconteceu em Goiás. Pelo menos em Goiás e no Piauí, eu acho que aconteceria.

Quero dizer ainda o seguinte: o PMDB, na pessoa do nosso Presidente, defendeu o distritão. Essa é uma ideia muito fácil de passar para a opinião pública. Será eleito o mais votado, acaba o efeito Tiririca, acaba o efeito Enéas. Isso pegou um pouco. Mas, depois de algumas reflexões, eu e o Deputado Alceu, principalmente, temos debatido muito em nosso partido no sentido de que esse sistema não saneia os vícios que temos. Estamos chegando à ideia — já está praticamente batido o martelo dentro do partido — de um sistema misto. Nós conviveríamos com dois sistemas: a metade dos Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores seria eleita pelo sistema de lista fechada, preordenada, com financiamento público e exclusivo de campanha; a outra metade seria eleita pelo distritão, ou seja, o sistema que é hoje, proporcional, com lista aberta, sem o quociente eleitoral.

Por exemplo, se o Rio Grande do Sul tiver 31 Deputados, 15 seriam eleitos pela lista fechada, e 16, pela lista aberta. Quem seriam os 16 da lista aberta? Os 16 mais votados. E o financiamento da lista aberta? O mesmo sistema que ocorre hoje.

Então, nós conviveríamos com os dois sistemas, na tentativa de trazer uma experiência nova para o eleitor, para diminuir essa resistência que ele tem hoje em relação à lista fechada, pois pensa que ela tira o seu direito de escolher o candidato. Conviveríamos com essa situação para ver se é a melhor. Por que faríamos isso? Porque, com certeza, Paulo Brossard e Ibsen Pinheiro estariam figurando na lista fechada do PMDB do Rio Grande do Sul. E hoje não estão! Nós estamos perdendo valores da política por causa do nosso sistema eleitoral.



Celso Barros, que eu citei, teria sido o primeiro de todas as listas do PMDB do Piauí, sem nenhuma dúvida, porque é a pessoa mais conhecida, mais qualificada, de melhor proposta e com maior popularidade dentro do Estado. Ele teria ganhado todas as eleições, e não perdido todas como perdeu.

E isso não dá um salto muito grande, para trazer muito receio aos que foram eleitos pelo sistema atual. Nós temos de entender que os que estão aqui foram eleitos por esse sistema. Não vamos pedir a essas pessoas que se suicidem. Ele teria pelo menos a metade das vagas para competir no sistema atual melhorado. E por que eu acho que é melhorado? Porque a luta sairia do âmbito do partido para ficar no geral, seriam todos contra todos, e não dentro do próprio partido. E no outro sistema seriam 50% em lista fechada, com os partidos que procurariam ser diferentes dos outros, com programas e tudo o mais.

Desculpe-me o excesso quanto ao tempo, Presidente Caiado. Eu terminei não lhe obedecendo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Mas V.Exa. contribuiu muito para a discussão.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Alceu Moreira, a quem peço compreensão.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - É o que mais tenho tido nesta Casa. Aliás, o que mais tenho aprendido aqui é ter compreensão. Nem sempre entendo, mas compreendo.

Eu gostaria de começar o debate agradecendo muito a possibilidade de estar neste verdadeiro laboratório de formulação que propiciam os nossos debatedores, o que acresce, enriquece, aprofunda e nos permite principalmente desenhar um processo de análise crítica que nos gera, Deputado Fontana, muitas opções.

Tenho de dizer com toda a tranquilidade que, quando cheguei aqui, eu tinha uma série de convicções. Grande parte delas se fortaleceu, e outras não existem mais. Aprendemos no caminho. *No andar das mulas, afunda o carreiro*, e nós acabamos descobrindo por onde se passa.

Eu queria começar fazendo um comentário sobre um desenho, que pode parecer piegas, provinciano, raso. Se nós não tivéssemos partido nenhum, uma



sociedade posta, com a necessidade de organização política, diríamos que temos uma planta social sobre a qual um grupo de líderes faz um desenho e, a partir daí, eles estabelecem a planta a ser desenhada, a obra a ser construída e o efeito da obra construída. Então, nós estamos numa planta social. Nós queremos os partidos políticos como laboratório de formulação de política pública, na busca de solução de vida para as pessoas, no receituário de desenho de solução que fizemos no nosso laboratório chamado partido político. Isso seria o ideal. Não é o que temos hoje.

Enquanto estou aqui, no debate — certamente vou ficar até as 14 horas —, alguns colegas meus que nunca ou raramente vêm aqui, como *office-boys* de gravata, andam pelos corredores dos Ministérios buscando emendas, levando rapadura, desenhinho, presentinho, para liberar as emendas. Vão chegar aos seus Estados com a mão cheia, dizendo que prestaram grande serviço. Esses moços não têm mandato parlamentar, têm ponto comercial. É diferente. Existe gente com ponto comercial que se dá muito melhor aqui.

Um sistema político deveria eleger um cidadão capaz de formular política pública que propiciasse solução de vida para uma pessoa de acordo com o seu ideário, e alguém acaba sendo muito melhor porque é dono de um ponto comercial, tem alguma coisa completamente equivocada. Nós não elegemos as pessoas para os fins desejados. O eleitor dá o seu voto na eleição, e não sabe em quem votou. Se ele não sabe nem para que elegeu o candidato, para que saber em quem votou? Não tem a mínima noção disso.

Há alguns pontos, no entanto, em relação aos quais já há consenso aqui. O fim da coligação proporcional é uma anomalia tão profunda que qualquer leigo percebe que não pode mais continuar. Como disse o Deputado Marcelo Castro, vota-se no religioso, e se elege o ateu; vota-se em alguém do PCdoB, e se elege um candidato do DEM. Esse tipo de composição já aconteceu aqui.

A segunda questão é a coincidência de mandatos. A meu juízo, eleição de 2 em 2 anos é impossível, porque não permite o aprofundamento dos temas do debate, porque temos outra eleição em andamento o tempo inteiro. É uma espécie de parafernália. É um processo em que entra boi e sai linguíça todo dia, não tem solução. É melhor, então, trabalharmos essa coincidência de mandato e de eleição. Há a história de que não pode porque o candidato mistura todos os temas. Vejam,



cá para nós, se tivermos um processo de lista mista preordenada, os temas preponderantes serão os temas de Estado. Vamos discutir modelo de educação, modelo de saúde, modelo de saneamento básico, segurança pública. Esses temas vão estar na tevê, na grande imprensa. Não há lugar para fazer discussão sobre o telhado da igreja. Não tem jeito. O tema municipal terá espaço pequenino, e serão discutidos todos os outros.

Então, nós queremos eleição no mesmo dia, de baixo até em cima, até porque as políticas públicas que interessam ao País nascem no Município e terminam na União. Não há hiato nesse processo. A única coisa que só nasce no Município é o arroio, e termina lá mesmo. A outra coisa, não. A outra coisa começa e anda.

Fim das coligações. Gostei muito dos divisores. Acho que essa é uma alternativa cujo debate devemos aprofundar, porque o divisor não extingue a injustiça, mas a minora bastante.

Eu sou favorável ao financiamento de campanha público e exclusivo, mas não vejo que o fato de termos outro tipo de financiamento seja ou oito ou oitenta. Não se está nos dois vértices. Nós podemos conviver com isso, apenas estreitando. Se mudarmos apenas uma coisinha, como diz o Fabiano, se puder haver financiamento só de pessoa física, certamente já não haverá nesta Casa, nos corredores, um mundo de representantes com ponto comercial, representando a empresa. Há alguns até fardados, representando multinacionais aqui, andando pelos corredores, com um discurso bonito, algo fantástico. Isso já acaba com isso, porque, no caso de pessoa física, fica mais difícil, a questão é mais fracionada. *“Ah, mas isso continua com o problema”*. É claro que continua! Os edifícios com maior nível de segurança de São Paulo estão sendo assaltados. É a questão de se reduzir o risco. Quanto menor o risco, mais fácil de se consolidar o processo democrático.

Eu queria, por último — Marcelo não veio, mas deixou herança —, dizer com toda a tranquilidade que estamos avançando. Eu vejo muitos céticos aqui com relação à reforma política. *“Ela não sai.”* Nós temos realmente condições de fazer um belo relatório, Deputado Fontana. Com poucas modificações, podemos influir profundamente no desenho que nós queremos aqui. Mesmo que eu esteja exercendo outro mandato, quero ver aqui se aprofundar o debate de temas



nacionais, debates de conteúdo, como disse o Deputado Ronaldo Caiado; quero fazer o debate, principalmente no meu Estado, de um projeto pedagógico, que estabeleça por que sou do PMDB e o Deputado Fontana é do PT. Hoje nós somos política massa mole, nós nos agarramos a qualquer superfície, porque temos de falar o que o ouvido quer ouvir. Qual é a diferença básica entre o que o PMDB pensa sobre educação e o que o PT pensa? Qual é a diferença básica entre o que o DEM pensa da agricultura e o que pensa outro partido? Quais são as diferenças básicas? As diferenças básicas definidas aqui, nos plenários, nas tribunas, são muito mais para preservar o rebanho eleitoral, que está marcado e definido por lote, do que para se pensar a sociedade.

Eu queria agradecer muito a possibilidade de ouvi-los. Isso enriqueceu muito o nosso debate. E queria também me referir ao cidadão que faz julgamento em Marte, o pior do julgamento da Justiça Eleitoral, além dessa coisa profundamente alienada. “Leviandowski” esteve aqui. Aquilo, cá para nós, com todo o respeito à autoridade, ao Presidente, é um gesto leviano, sem sombra de dúvida. Nos tribunais eleitorais, Deputado Caiado, há casos absolutamente idênticos, com pessoas diferentes, com julgamentos absolutamente diferentes. Dependendo da simpatia do cidadão, muda-se o julgamento. Alguns são cassados porque enxotaram uma galinha; outros não o são porque roubaram o aviário. Não dá para compreender. Não dá. Isso não é possível. Então, nós não concordamos com isso.

Eu queria dizer aos senhores, com toda a franqueza, que este para mim foi um dia que rendeu. Nós nos enriquecemos com o debate. Eu espero que fatos como este possam ocupar, Deputado Caiado, as telas da *TV Câmara*, para que a população se encharque dessas informações, para que a massa da população possa ter uma ideia clara de que a fôrma de fazer políticos nesta Casa gera o resultado do futuro dos seus próprios filhos. Nossa sociedade será tão melhor e mais organizada quanto maior for a capacidade de eleger pessoas sabendo-se para que e para quem.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Muito obrigado, Deputado Alceu.

Passo a palavra ao Deputado Efraim Filho.



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Prometendo ser breve, como V.Exa. deseja, Sr. Presidente, queria primeiro agradecer aos palestrantes a presença e dizer que saio daqui com algumas convicções.

A primeira delas, Sr. Relator, é de que sou totalmente contra qualquer modelo de voto distrital que seja posto. Eu acho que o sistema distrital para Deputado Federal não atende às expectativas. Hoje, fruto do próprio empirismo, da experiência cotidiana, o modelo distrital é atendido pelo Deputado Estadual e pelo Vereador. Hoje, quando se faz consulta popular em que se deseja o voto distrital, é exatamente porque a nossa cultura política atual de representação é assistencialista. Então, o distrital para Deputado Federal é porque o eleitor deseja estar próximo para ter a prática assistencialista.

Se essa é uma cultura que está desvirtuada, nós não podemos ser parceiros do desvio. Nós temos que procurar corrigir esse rumo. Essa prática nos transformaria, nós Deputados Federais, em Vereadores federais. Vejam qual seria o meu papel lá na minha Paraíba, num distrito de mais ou menos 250 mil eleitores, um distrito relativamente pequeno. Eu estaria aqui durante 4 dias por semana, discutindo reforma tributária, reforma política, e o meu adversário, João da Silva, estaria lá fazendo o que nesses 4 dias em que eu estaria aqui? Estaria indo almoçar na casa do eleitor, participando de aniversários, de batizados, de eventos familiares. E o que o eleitor iria pensar, por conta da cultura política que vige hoje no País? *“O João da Silva é muito mais próximo meu do que o Efraim. Eu não vou votar no Efraim, que está lá em Brasília, nem olha para mim. Eu vou votar no João da Silva, que está me visitando.”*

Então, qualquer sistema em que haja o voto distrital, *a priori*, não tem o meu apoio, porque, para Deputado Federal, é prática assistencialista. Nós precisamos estar discutindo o sistema macro, sem nos esquecermos da realidade local, claro. Não podemos ficar vinculados só à ponte que caiu, ao conjunto habitacional que está sendo inaugurado. O Deputado Estadual já presta essa assistência ao eleitor, da qual ele necessita. É justa essa reivindicação, mas já existe quem cumpra esse papel. Não é preciso haver um Vereador, um Deputado Estadual e um Deputado Federal cumprindo o mesmo papel, fazendo política simplesmente assistencialista.



Faço menção agora principalmente ao Deputado Ronaldo Caiado, meu parceiro de partido. Toda vez que escuto o Deputado Ronaldo Caiado, eu recuo um pouquinho, em favor da lista partidária. No plano dos conceitos, das ideias, sou plenamente favorável. Em suma, o que eu escuto falar de reforma política? *“Queremos um modelo em que se vote não nas pessoas, e sim nas ideias”*. Quanto ao conceito, isso é a lista partidária. A grande dificuldade é a prática.

Conversava aqui com o Deputado Reguffe exatamente sobre os efeitos práticos da lista, a chamada falta de democracia interna, que se tentará corrigir. Trata-se principalmente de saber se estamos dispostos a correr o risco de sair da zona de conforto e enfrentar algo cujas consequências desconhecemos. Talvez esta seja a grande pergunta que nós Parlamentares nos fazemos: ficamos num sistema que tem regras erradas, mas no qual somos os ganhadores, ou saímos dessa zona de conforto e corremos o risco de enfrentar um tema novo?

Quais são os efeitos práticos? Conversávamos sobre isso. Quem está no primeiro lugar da lista vai se sentir confortável, porque quem está em segundo, terceiro, quarto ou quinto lugar vai ter que trabalhar por ele primeiro para se eleger. Mas há o outro lado da moeda. O quinto também vai dizer seguinte: *“Eu não vou gastar, nem vou comprar voto, nem vou fazer das tripas coração, para eleger o primeiro”*.

Então, Deputado Fontana, há esse efeito prático. Talvez nos falte fazer uma simulação, até parar um pouco para pensar como seria isso na prática. Eu acho que o custo das campanhas diminuiria. Eu, se estou em terceiro, quarto ou quinto, não iria atrás de comprar voto; eu iria conquistar os votos que a minha atuação, que o meu serviço prestado me permitisse. É por isso que o partido se interessaria em colocar nomes. O primeiro talvez tivesse interesse, como dizia o Deputado Reguffe, em fazer o quociente quase sozinho. Talvez fosse essa a mentalidade dele. E se começaria a diminuir o efeito financeiro, porque ninguém iria saber se a eleição estaria garantida gastando-se x, comprando-se Deputados e Prefeitos. Então, o voto seria muito mais conquistado, em sua maioria. Hoje, há esse balcão de negócios em que transformou o sistema político.

Existe o Deputado formador de opinião. Estou aqui do lado do Deputado Reguffe, que foi um Deputado, da proporcional, que fez quase 20% dos votos. Mas



existe o Deputado da opinião formada. Tiririca foi fazer campanha de forma legítima — era a estratégia dele — vestido de palhaço, dizendo que pior não fica. E ganhou 1 milhão e meio de votos. Então, será que é essa a opinião formada do Parlamento, que diz: “É esse o representante que merecemos?” Isso tem que ser pesado de forma estratégica.

Eu sou extremamente favorável a eleições gerais e mandatos de 5 anos. Insisto, relativamente à Constituição Federal de 1988. Saíamos de uma ditadura, era importante fortalecer a democracia. As eleições de 2 em 2 anos cumpriram seu papel, o eleitor brasileiro se acostumou a ter o voto como instrumento político de escolha dos seus representantes. O desafio agora é a gestão pública. E a eficiência da gestão pública impõe mais tempo para a implementação dessas políticas públicas. As eleições intercaladas de 2 em 2 anos têm causado prejuízos, porque põe travas, do ponto de vista formal, do ponto de vista de imposição de regras, do ponto de vista da ação. O gestor hesita em implantar uma política pública que vai ter efeito a longo prazo porque quem se elegeu Governador terá, já no ano seguinte, que eleger seus Prefeitos. Assim, ele, muitas vezes, terá medo de estabelecer uma gestão em que haja choque de ordem, demissões.

Então, eu acredito que a eleição de 5 em 5 anos, por puro conceito e por princípios, é o grande desafio do Brasil hoje. O desafio não é mais o amadurecimento da democracia, que hoje está consolidada, mas sim a eficiência da gestão pública e a implementação dessas políticas.

Eu também me pergunto se, às vezes, não estamos atribuindo ao nosso sistema eleitoral, como saco de pancada, os defeitos que nós mesmos temos dentro desta Casa. A nossa representação interna, a nossa relação com os Poderes Executivo e Judiciário, principalmente com o Poder Executivo, é de submissão. Hoje, nós reclamamos do que se passa dentro do Congresso Nacional, do loteamento de cargos públicos, do loteamento de emendas, que foi feito por Governo anterior, foi feito por este e vai ser feito pelo próximo. Então, essa relação com os Poderes hoje é de submissão e desgasta o Legislativo. Nós não nos sentimos como se estivéssemos olhando no olho, como deveria ser, pela harmonia e independência dos Poderes, e sim como se estivéssemos de joelhos, olhando de baixo para cima. É essa a relação com o Poder Executivo.



Orçamento impositivo. Nós entendemos por que não é feito o Orçamento positivo, mas um pensador, um acadêmico não entende por que não existe o Orçamento impositivo na Câmara. Eu não queria ter 13,5 milhões em emendas de um orçamento fictício; eu preferiria ter 3 milhões, desde que eu soubesse onde aplicá-los, desde que as minhas prioridades fossem realmente atendidas. Eu estaria, como representante da minha terra, chegando com aquilo que o eleitorado reivindica da minha pessoa. Eu teria, portanto, que ter responsabilidade para eleger essas prioridades.

Quero deixar bem estabelecidos esses dois temas. O voto em lista me atrai pelo conceito, e me afasta pela prática. Quero ainda avançar, evoluir nesse entendimento. Quanto ao voto distrital, totalmente ausente. Sou favorável ao voto facultativo como um desafio, como mudança da cultura brasileira. Não vai funcionar na primeira vez, não vai funcionar na segunda, mas talvez funcione na quarta, na quinta. Na primeira vez, o eleitor não vai votar porque quer protestar; na segunda, não vai votar porque quer protestar e não está interessado, mas, a partir da terceira, ele começa a sentir falta, começa a entender que vai votar não porque está obrigado, mas porque quer participar das decisões do País. Ele vai entender que voto não vai ser um dever, e sim um direito. Essa consciência é a grande reforma da cultura política brasileira. Vai demorar uma geração, mas a população vai entender que o voto não é dever, é direito. É o meu direito. Se eu não quiser votar, não quiser participar, vou ser governado por quem quer escolher e por quem quer participar. Acho que seria realmente uma grande revolução cultural.

Ainda uma ponderação a favor da coincidência de mandatos. Para os próximos 20 anos, seriam...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Deputado, V.Exa. me concede 1 minuto?

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Eu concluo e lhe concedo 1 minuto.

Nos próximos 20 anos, no modelo atual, seriam dez eleições no País; pelo modelo que se propõe, nos próximos 20 anos seriam apenas quatro eleições no Brasil. É até uma questão de custo econômico.

Eu considerei o exemplo do Distrito Federal. No Distrito Federal só há eleição de 4 em 4 anos. E me parece que, na avaliação de quem vive esse modelo, ele é



muito melhor que o nosso, em que há eleição de 2 em 2 anos. Então, aquela teoria dos pesos e contrapesos, de que a eleição municipal serve como um equilíbrio na balança da eleição nacional, acaba perdendo valor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ronaldo Caiado) - Muito obrigado, Deputado.

Infelizmente, eu tenho agora um debate ao vivo. Peço a compreensão dos colegas e dos palestrantes e passo a presidência ao Deputado Marcelo Castro, para que encerre a lista dos inscritos e, depois, ouça as respostas que serão dadas.

Peço desculpas. Tenho necessidade de me retirar neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Presidente Caiado, V.Exa. contribuiu muito para o debate de hoje. Como sempre, deu as suas opiniões muito consistentes e muito importantes para todos nós. Parabéns!

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Fernando Ferro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Vou tentar ser tão sintético quanto os demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vai ser sintético como os demais? *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Realmente o tema é muito provocante. Nós temos que valorizar alguns momentos como este.

A primeira opinião que quero expressar aqui é de que concordo com o que disse Fabiano. Nenhuma reforma política, nenhum debate aqui é neutro. Nós vivemos uma era, um tempo meio de desvalorização da política. Isso tem a ver com o ideário das estruturas econômicas que ditam o momento. Não sou eu que afirmo isso. Alguém já falou isso no passado. Essas estruturas ditam a política.

Houve um processo de desvalorização e de negação da política nos anos recentes, nas décadas recentes. Isso se reflete exatamente na construção de todo esse ideário da política e do exercício da política. Nós ouvimos dizer que a história tinha acabado. Nós ouvimos dizer que estava tudo resolvido. Isso o que é? É ideologia, é um posicionamento, é um conjunto de formulações políticas que nos foram colocadas, para essa construção política da sociedade e da civilização no momento em que vivemos.



A crise da representação política não é exclusiva do Brasil. Eu tenho muitas razões pessoais para me lamentar aqui, para fazer parte do coro de lamentadores, esse coro de angústias, de sofrimentos. Eu acho que isso é algo que deve fazer parte, mas não é o centro da minha preocupação. Diferentemente de muitos que falaram aqui, eu sou otimista em relação ao processo que vivemos. Nós passamos muitos anos sem votar para Presidente. Hoje, nós reclamamos que votamos demais. Eu acho que é um aprendizado da construção de um processo de civilização, de democracia.

Eu estou, ao mesmo tempo, concordando com uma série de preocupações com as distorções, as deformações e as delinquências que foram introduzidas em nossa ação política. Tudo isso tem que ser questionado. Mas isso também acontece numa democracia de 200 anos, como na Inglaterra, que há 5 ou 10 anos teve um escândalo de compra de votos. E ela vive uma experiência democrática de 200 anos, de construção de democracia.

Essas questões não podem, evidentemente, ser o elemento central da nossa ação. Então, eu acho que nós temos que trabalhar, sim, porque o País, o Brasil, a Nação brasileira vive momento de expressão política e econômica em escala internacional. O nosso complexo de vira-lata, que, muitas vezes, dita muitas de nossas ações, tem que ser de certa maneira domado.

Nós estamos vivendo um momento muito importante da vida política do País. Isso não é uma questão deste momento, é uma construção política de gerações, que nos faz hoje sentir essa expectativa de sermos uma nação com outro papel no cenário mundial. Isso realmente é importante para que possamos trabalhar a reforma política e fazer com que o País tome uma nova dimensão, se atualize e se sintonize com o cenário internacional. Então, nós temos que promover essas mudanças. Nesse sentido, sou alguém que acredita que poderemos tirar lições positivas disso, para podermos avançar nesse debate.

A primeira questão que eu deixaria aqui é uma reflexão, uma provocação. O Deputado que me antecedeu falou sobre a Justiça Eleitoral. Como os nossos debatedores veem a instituição Justiça Eleitoral no Brasil? O que ela representa, inclusive, dentro do debate que estamos fazendo? Façamos a nossa reforma política, e ela vai ser administrada por quem? Qual é o controle social desta nossa



reforma política? E quem são os atores que estão operando essa estrutura que estamos redefinindo?

A segunda questão. Eu realmente sinto e vejo alguns Parlamentares abandonarem a vida pública, o debate e a participação neste mundo institucional que nós vivemos. Trouxeram aqui exemplos de vários Deputados. Eu vou citar o exemplo de um Deputado que, para mim, foi emblemático, o Deputado Roberto Brant. Ele era do PFL. Foi jogado, naquele debate do mensalão, na lata do lixo. Eu o conheci pessoalmente. Tinha diferenças políticas e ideológicas com ele, mas sempre o respeitei como um quadro político que fazia formulações e participava do debate aqui. Inclusive, apresentei um comentário lamentando a situação a que ele foi levado, e fui, dentro do meu partido e entre os meus eleitores, achincalhado. Eles me disseram: *“Como é que você está defendendo um cara do PFL! Você está louco! Defender um cara do mensalão, do PFL?”* Esse tipo de debate político que amesquinha, que, muitas vezes, joga as pessoas na vala comum é valorizado.

A nossa mídia tem um papel muito grande nisso. Os chamados formadores de opinião que constroem uma ideia de política têm, na minha visão, trabalhado no sentido de negar a política, numa atitude meio cínica. Na verdade, esses pretensos formadores de opinião não têm autoridade para falar pelo eleitor, que, com todas as deformações, todas as incompreensões sobre a questão política, tem sua visão de ver e de fazer a política. *“Fulano roubou pra caramba, e voltou, foi reeleito.”* Evidentemente, esse eleitorado que é manipulado faz uma aferição dos erros e dos acertos do indivíduo. Não estou querendo isentar, com um discurso cínico, a política. O fato real é que as pessoas medem por diversas maneiras esse político e terminam devolvendo-o para cá. Esse é um processo de aprendizado político, de uma cultura política que estamos construindo. Nesse sentido, temos de trabalhar para fortalecer estruturas que reconheçam a política como ato coletivo. É aí onde está o que temos de fazer, para não reforçarmos essa visão da individualização do sujeito na política.

Falou-se aqui da necessidade dos cabos eleitorais para o candidato se eleger. E os Prefeitos? Conheço vários Deputados que encham o peito para dizer que tem 20 Prefeitos. Parece que ele tem cachorro, carneiro ou uma boiada. *“Os meus 30 Prefeitos que me elegem.”* Isso cria um tipo de relação política, e é dito e valorizado como um feudo ou como um potentado que ele tem para se eleger. Isso é



reproduzido. Com a reforma política, poderemos mudar esse tipo de coisa, inclusive o papel desses atores políticos, para que comecemos a construir um outro espaço mais cidadão, mais coletivo na política. Sei que não é um processo simples. Outros países já viveram isso. É um aprendizado.

Nesse sentido — vou encerrar por aqui —, quero dizer que não sou pessimista. Se eu tivesse essa visão da política, renunciaria. Já disse para outros. Não renuncio. Primeiro, porque não tenho vergonha de ser Deputado. Em tempos de crise, nesta Casa, vi gente dizendo: *“Eu vou tirar o broquinho de Deputado porque não vou andar na rua com ele”*. Eu ando com esse broche porque vim para cá com o voto da população do meu Estado e tenho orgulho disso. Ser um no meio de 513, numa população de 190 milhões, deve ser motivo de orgulho para nós. Tenho orgulho da ação política e da atividade política que faço. Por isso, não tenho problema para encarar esse debate.

Sei que há muitas mazelas, mas cada um de nós tem de fazer sua parte e aproveitar momentos como este, em que podemos produzir mudanças que alteram esta situação. Não tenho dúvida de que temos um caminho para andar. Este debate, às vezes, fica reduzido a uns poucos curiosos, mas, de qualquer jeito, são pessoas que estão preocupadas em melhorar a situação.

Sou um otimista cuidadoso. Acho que podemos produzir mudanças para avançar na construção de uma sociedade mais democrática, de um País que está se estruturando e que dá sinais de que está mudando e se consolidando como uma nação democrática, como um espaço importante.

Sr. Presidente, valorizo as falas. Sou um otimista realista que acredita que estamos avançando nesse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agradeço a participação do Deputado Fernando Ferro.

Passo a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo, que já foi Senador. Como me parece que a Deputada Luiza Erundina saiu, depois falará o Deputado Reguffe. Sem nenhuma autoridade para fazer isso, chamo a atenção para a questão do tempo, senão nossos palestrantes não terão tempo para responder.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Gostaria de fazer um complemento. Um dos nossos palestrantes falou na Bélgica. Eu estava na França,



no ano passado, e vi que a Bélgica estava há 8 meses sem governo. Não conseguiam uma maioria para eleger um governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Estava melhor ou pior?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - *(Riso.)* Isso serve para mostrar o grau da situação.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Que povo sábio!

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Sr. Presidente, saúdo os expositores. Gostaria de apresentar rapidamente algumas questões. Evidentemente, as mazelas de cada um dos sistemas já são conhecidas, já foram discutidas. O nosso Relator, Deputado Fontana, está fazendo o acompanhamento.

Alguns aspectos interessantes foram lembrados aqui. O Deputado Caiado falou na questão do constrangimento da busca do financiamento, especialmente em eleições proporcionais, mas há o risco da eleição majoritária, em que as funções são delegadas.

O Deputado Fernando Ferro — é do PT, e eu sou do PSDB, mas chegamos a muitos pontos em comum — lembrou de Roberto Brant, que foi defenestrado porque, numa eleição majoritária, obteve recursos de uma empresa. Todos os outros concorrentes também obtiveram, e o problema sobrou apenas para ele.

É evidente que o financiamento atual é muito complicado. Traz esse constrangimento na proporcional e traz a delegação na eleição majoritária. Evidentemente, a Presidente Dilma não sabe, não foi ela quem tomou as medidas de busca de financiamento em sua campanha. O Governador Serra também não o fez. Não foram eles que tiveram de buscar, delegaram essas funções.

Sobre a questão das coligações aqui considerada, parece-me que estamos caminhando para um consenso. Os números são muito claros. No caso de Minas Gerais, perdemos, nesta Casa, a presença de Paulo Delgado. Ele foi o décimo primeiro do PT. O PT teria eleito 12, mas elegeu oito, o mesmo número do PSDB. Nós teríamos eleito 11. Por que o PT e o PSDB elegeram oito, em vez de 12 e 11, respectivamente? Por causa das coligações que fomos obrigados a fazer. O PSDB teve de fazer coligação para ter mais tempo de televisão, e perdeu três vagas de Deputado. O PT teve de fazer coligação para ter mais tempo de televisão — o



motivo é esse —, e perdeu quatro vagas, entre elas a de Paulo Delgado. Então, parece-me que a coligação vai resolver alguma parte dos problemas.

Sobre as medidas pontuais levantadas pelo Fabiano, temos de ver qual delas resolve. Eu mesmo fui favorável a acabar com os *outdoors*. Na minirreforma eleitoral, reiteramos o fim do *outdoor*. Qual era o objetivo? Diminuir custo. Diminuiu? Não. Vieram as milhares de placas que ainda causam um problema maior: tem de haver gente para colocá-las e retirá-las todos os dias. Põe, tira, põe, tira, é aquela confusão danada. Um juiz do interior de Minas Gerais queria que ficasse alguém ao lado de cada placa. Em relação a essas questões, não sei quais seriam as medidas que diminuiriam o problema.

A Deputada Rosane falou sobre a questão das cédulas no chão. Ela é mais nova. Eu lembro que, quando eu era criança, a cédula era de papel. Meu pai foi eleito Deputado. Tinha de haver cédulas em escaninhos dentro do local de urna. O eleitor tinha de levar sua cédula em papel. Entrava, se não houvesse cédula, tinha de sair para buscar a sua. O que os adversários faziam? Retiravam as cédulas dos opositores. Então, a toda hora, um fiscal tinha de entrar para colocar a cédula lá dentro. Senão, quem não havia levado cédula, a “marmita”, não tinha como votar.

O que aconteceu? Fomos evoluindo. Depois do voto escrito, chegamos à urna eletrônica, que acompanhei, desde o princípio, pelo lado da informática, pelo lado da tecnologia. Como ela foi implantada? De forma gradativa. Primeiro, nos Municípios com mais de 200 mil eleitores. Foi-se fazendo a experiência. Foi-se adaptando. As pessoas foram sendo treinadas.

Cheguei aonde eu queria chegar. A solução que teríamos aqui, Deputado Fontana — a turma do PSDB ainda vai se reunir —, seria a implantação gradativa do sistema, um teste mesmo. As mudanças são muito grandes. Já lembrei aqui que temos no horizonte a perspectiva de usar lista fechada como única alternativa para o MERCOSUL. Nesse caso, não há jeito de se fazer de outra maneira. Então, vamos ter de testar a lista fechada de qualquer forma, porque não vamos fazer proporcional, majoritária ou distrital para o MERCOSUL. São 37 Deputados eleitos pelo Brasil todo. Sendo assim, vamos ter de fazer. Já aprovamos inicialmente, na Comissão, a lista. Seria um teste com a lista fechada a ser realizado em 2012 ou



2014, à semelhança do teste que se fez com a urna eletrônica, que depois foi evoluindo.

E o caso do distrital? Uma alternativa está sendo apresentada. Nas eleições para Vereador, nas cidades com mais de 200 mil eleitores, seriam definidos distritos, para se ver como funciona o sistema distrital.

O sistema distrital em um Estado como Minas Gerais, com 77 Deputados Estaduais e 53 Deputados Federais, como vão fazer o distrito? Nós teríamos de igualar o número de Deputados. Vão fazer um distrito para Estadual, outro para Federal. Não tem jeito. Então, existem alguns problemas que são intransponíveis.

Podemos tentar o voto distrital para Vereador nas cidades com mais de 200 mil habitantes e o voto em lista no MERCOSUL. É uma alternativa para irmos aos poucos, de forma gradativa.

Eu não estou conseguindo enxergar uma forma de nós mudarmos o sistema de maneira imediata, que consiga sanar todas as mazelas existentes até hoje. Como vão acabar com os problemas financeiros, como vão acabar com o problema de compra de voto.

Hoje estou combinando com V.Exa. em tudo — viu, Deputado Fernando Ferro? O Deputado Fernando Ferro falou aqui dos Prefeitos. É isso mesmo, os Prefeitos. Tem gente que diz: *“Eu tenho tantos Prefeitos”*.

Eu saí com a candidatura a Deputado tardiamente, porque a minha intenção era me candidatar a Senador outra vez. Quando o Aécio Neves saiu candidato a Senador, eu fui candidato a Deputado.

Quando eu busquei os Prefeitos, qual era a questão? *“Te adoro, gosto demais de você, mas eu já estou comprometido com o Deputado X, que me financiou a campanha tempos atrás”*. Sabem quantos Prefeitos me apoiaram? Seis, de 853.

**O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA** - Quem está no Governo tem muito mais.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO** - Pois é, mas acabei sendo votado em 800 Municípios. Mas em 100 deles com 1 voto, 2 votos; votos de homenagem que os Prefeitos me deram para poder compensar, porque não podiam me apoiar.

Então, esse é um sistema que tem essas mazelas, mas como resolver? Eu não estou vendo, até agora, muita luz no túnel. Acho que temos de buscar um



aprimoramento. Por isso, acho que essa forma gradativa de tentar dois modelos diferentes seria mais fácil de as pessoas entenderem, talvez seja o caminho.

Era isso o que eu queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado.

Deputado Reguffe com a palavra.

**O SR. DEPUTADO REGUFFE** - Sr. Presidente, eu concordo praticamente com todas as falas que eu ouvi quanto ao diagnóstico.

Nós estamos vivendo um momento muito perigoso na sociedade, que é um momento de criminalização da atividade política, criminalização de uma atividade que é importante para a sociedade. Aliás, a sociedade não sabe o mal que ela faz a ela mesma quando criminaliza a atividade política do jeito que está fazendo. Os exemplos na política são tão ruins que a sociedade passou a ter ódio; de tudo o que diz respeito à política, a sociedade quer distância. E isso é muito ruim.

Eu, por exemplo, sou um ardoroso defensor do voto facultativo. Acho que é mais democrático, acho que hoje o poder econômico exerce uma influência nefasta no processo eleitoral com o voto obrigatório.

As pessoas que encontro nas ruas, às vezes, se gabam de dizer que não votaram em ninguém. Às vezes, estou em um bar, em uma discussão, e a pessoa fala assim: *“O Governo de Brasília é uma porcaria! Ainda bem que eu não votei em ninguém! Ainda bem que eu não votei em ninguém! Esta Câmara Distrital é uma... Eu não votei em ninguém, não vou votar!”* Ou seja, a pessoa, com medo de votar errado, passa a não querer votar em ninguém. Ela quer distância da política, e o pior: pega bem quando ela fala isso, ela fala com orgulho.

Isso é muito ruim para a própria sociedade, até porque uma pessoa que não tem coragem nem disposição para dar um tempo de sua vida para servir a sociedade, para entrar na política, para ser candidata, para dar a cara a bater, acha-se no direito de dizer: *“Não tenho nada a ver com isso. Não votei em ninguém, não quero saber.”* A pessoa também tem que assumir sua responsabilidade.

Eu sou defensor do voto facultativo, mas não concordo com isso, com a pessoa dizer que não quer saber e gabar-se disso.



Acho que essa criminalização da atividade política é muito ruim. Então, no diagnóstico, eu concordo plenamente com tudo o que foi falado aqui: do jeito que está, vai expulsar da política as pessoas de bem.

O político é julgado todos os dias, o político é julgado de forma diuturna. E hoje, na política, você é desonesto até que prove o contrário todos os dias. E a pessoa de bem tem que ficar dizendo o tempo todo que é honesta, que é honesta, que é honesta; e provando que é honesta, senão a coisa que ela mais preza, que é a sua honra, a sua dignidade, fica colocada em xeque, só porque ela está na atividade política tentando servir a sociedade e tentando construir algo melhor.

Isso é muito ruim e vai acabar — foram citados alguns exemplos, alguns nomes — afastando da política, em um ponto futuro, as pessoas de bem. O bandido justifica esse julgamento diuturno no dinheiro sujo que ele ganha. Mas para a pessoa de bem, é muito duro sentir-se o tempo todo sendo julgada, tendo que provar que é honesta praticamente todos os dias. Isso é muito ruim.

Então, concordo com o diagnóstico. Agora, o remédio que proponho é diferente. Reconheço que eu sou esmagadora minoria nesta Comissão, já conversei com quase todos os membros; reconheço que a minha posição é minoria absoluta. E eu, como um apreciador do Estado Democrático de Direito, sou um apreciador da democracia, acho que temos de nos curvar à vontade da maioria e saber respeitar a opinião dos outros, mesmo quando essa é diversa da nossa. Respeito a opinião de todos, até porque sinto uma boa intenção de todos em tudo o que se discute aqui. As pessoas, realmente, acreditam que aquilo vai ser o melhor, não só para elas, pessoalmente, como muita gente pensa do lado de fora desta Casa, mas o melhor para o País. Pelo menos, nesta Comissão, eu tenho sentido isso.

Falou-se aqui que, no Brasil, a última eleição custou 3 bilhões e 200 milhões de reais, sem contar o horário chamado gratuito; e que, na Inglaterra, custou 180 milhões. Ora, na Inglaterra o voto é distrital. Na Inglaterra o voto não é de lista, não é proporcional.

Eu acho que o voto distrital — quando digo “acho”, digo “acho” mesmo, até porque eu não tenho certeza absoluta — é um sistema que torna a política mais acessível ao cidadão comum, que vai trazer a política para perto do cidadão comum, que vai fazer com que ele possa discutir melhor as coisas. Vai ser mais fácil de ele



costrar, vai ser mais barata a campanha, pois vai diminuir a área geográfica da campanha.

Eu sou um defensor do financiamento exclusivamente público. E o financiamento exclusivamente público, na minha concepção, pode ser feito com voto distrital, pode ser realizado com voto distrital. O voto em lista — eu reconheço que sou minoria, ouvi todos os discursos aqui — evita a renovação. Talvez o Reguffe seja o primeiro na lista, talvez até interesse ao PDT. Mas para surgir novos Reguffes vai ser muito difícil.

Como uma pessoa com representação na sociedade vai conseguir se inserir numa burocracia partidária para conseguir ter um... Ela nunca vai conseguir ser o primeiro da lista em uma primeira eleição, por exemplo. Vai ser muito difícil.

O voto em lista, na minha concepção, evita a renovação e vai perpetuar uma série de práticas com as quais eu não concordo. Além disso, ele vai retirar da população o direito de escolher quem ela quer e quem ela não quer. A população quer poder escolher o seu candidato.

Concordo que esse candidato tem que ter ideias, que as pessoas devem votar mais em ideias do que em pessoas. Por isso sugeri, nesta Comissão, aquele projeto de revogabilidade de mandato, que as pessoas tivessem que registrar suas propostas e compromissos para serem candidatas e que o cidadão tivesse uma garantia legal de que se o seu candidato eleito não cumprisse qualquer daqueles compromissos, poderia entrar na Justiça e pedir o mandato dele de volta; que o cidadão tivesse essa garantia legal. Eu acho que isso ajudaria a dar mais força ao processo eleitoral.

Hoje as pessoas dizem nas ruas: *“As pessoas prometem, depois não cumprem”*. Aliás, eu me orgulho de uma coisa: as pessoas podem me criticar por qualquer coisa, menos dizer que eu não sou, no meu mandato, exatamente o que me propus na campanha. Cumpri todos os pontos do que escrevi no meu panfleto de campanha. Todas as propostas que estavam ali viraram projetos de lei e tomei todas as medidas que eu disse que iria tomar, uma por uma. Fui um representante, de fato, de quem votou em mim.



O voto em lista tira a chance de o cidadão chegar e falar: *“Eu quero este e não quero aquele”*. Talvez haja qualidades, como o fato de não haver campanhas individuais.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Deputado Reguffe, só quero fazer uma observação: na realidade, os dois temas têm qualidades. Porém, o voto distrital, no distrito, não permite grandes escolhas. Ocorre o contrário. Num distrito existem quatro candidatos, no máximo. E só existe um Reguffe. O PDT apresenta um, o PT apresenta um, o PSDB apresenta um, o PMDB... Se todos os partidos quiserem apresentar, existe um de cada partido. Então, o universo de escolha dele diminui.

**O SR. DEPUTADO REGUFFE** - Deputado Fontana, hoje, do jeito que está, não existe debate. Em São Paulo, houve 1.131 candidatos a Deputado Federal. Aqui, no Distrito Federal, foram 855 candidatos a Deputado Distrital. Qual o debate que existe com isso? Nenhum.

Eu conheço uma série de pessoas nesta cidade que dariam grandes políticos e que não querem saber de entrar na política. Esse não pode ser um sistema bom. E quando passa pela cabeça da pessoa se arriscar, no minuto subsequente ela desiste: *“Campanha é muito caro, muito trabalhoso. E as pessoas ainda vão ter uma imagem errada de mim.”*

Talvez até aqui haja pessoas que dariam grandes políticos, mas quando passa pela cabeça delas ser candidato, no minuto subsequente desistem. Ou seja, a política não é acessível a uma pessoa que queira entrar hoje para discutir ideias. Se ela não tiver dinheiro para gastar na campanha ou não tiver quem banque, é difícil.

No meu caso, aqui no Distrito Federal, levei 12 anos para ter um mandato de Deputado Distrital. Foram três eleições. Se eu não tivesse uma persistência absoluta... E o tempo todo sendo chamado de chato.

Estamos aqui discutindo o futuro deste País. A sociedade não sabe, mas quando discute um sistema político e um sistema eleitoral, ela está discutindo o seu futuro. Isso não pode ser encarado como uma questão menor ou interessante só para quem está na atividade política, para os políticos.

Por último, queria dizer, Sr. Relator, que fiz um documento com algumas propostas, inclusive encaminhei a V.Exa. e também ao Presidente, a título de



contribuição. Na minha visão, no que eu sinto, nas minhas convicções, acho que se poderia melhorar o nosso sistema político para que a política ficasse mais acessível ao cidadão comum, para que as campanhas fossem menos desiguais — porque hoje são desiguais —, para que tivéssemos, no momento de uma eleição, um debate sobre o futuro do País e não apenas um debate de quem tem mais para gastar ou de quem tem mais estrutura, em um sistema em que candidatos a Vereadores, a Deputados Estaduais e a Deputados Federais muitas vezes passam a campanha inteira tentando apenas ficar conhecidos, porque há tantos candidatos que eles se perdem naquele meio.

É preciso haver uma forma para que não se perpetuem práticas e os mesmos personagens. Acho que tem de haver também um limite de reeleições, para que haja um oxigênio melhor dentro das casas legislativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agradecemos a contribuição ao Deputado Reguffe.

Vamos passar a palavra aos palestrantes, pedindo desculpas, naturalmente, pelo tempo excessivo.

Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Gonçalves Couto.

**O SR. CLÁUDIO GONÇALVES COUTO** - Bem, foram muitas as questões levantadas. Evidentemente, não vai ser possível passar por todas elas. Tendo em vista o avançado da hora, eu vou, na realidade, focar numa só questão que, a meu ver, perpassou boa parte das intervenções feitas e talvez seja o meu único ponto de divergência com o Jairo. É a relação entre financiamento de campanha e sistema eleitoral.

Do ponto de vista analítico, estamos de acordo. São coisas distintas. Mas creio que, no contexto histórico específico em que vivemos, é impossível pensar a reforma do sistema eleitoral desvinculadamente do problema de financiamento de campanha.

Na verdade, quando fiz a minha intervenção, foquei um pouco nisso, e me parece que o mais reforça a defesa do sistema de lista fechada hoje no Brasil é o fato de que é um sistema que, a rigor, reduz custos.



Embora essa possa não ser, em princípio, no plano teórico, a razão principal para se defender, no abstrato, a mudança do sistema eleitoral, no nosso caso concreto parece uma questão impositiva, premente. Ou seja, poderíamos dizer que, teoricamente, um sistema como o nosso ou um sistema, como o Jairo levantou, alternativo a esse, que seria o sistema de voto flexível, não resolve por completo o problema.

Se o problema está numa exacerbada competição dentro dos próprios partidos e entre candidatos individuais, dentro dos partidos e fora deles, numa campanha que ocorre numa circunscrição eleitoral muito ampla, que são os Estados, no caso de eleição a Deputado Federal ou Estadual, ou mesmo os Municípios, no caso de eleição municipal, se esse é o fator fundamental de elevação de custos, com o voto flexível continuaríamos provavelmente a ter custos muito elevados, porque os candidatos continuariam a ter a necessidade de fazer uma campanha individualizada e cara num espaço amplo para conseguir mudar a sua posição na lista.

Então, a minha dúvida é se isso, na realidade, não reperia o que... Claro, do meu ponto de vista, segue sendo talvez o principal problema no caso de eleição proporcional, que é o custo alto de campanha, que enseja problemas de financiamento e de corrupção, enseja uma série de outras coisas desagradáveis que, na realidade, apareceram, até onde pude notar, em praticamente todas as intervenções dos Parlamentares. Esse talvez seja o principal problema.

Esse sistema não dá mais. A minha dúvida é se não trocamos esse sistema não exatamente por um idêntico — não é uma troca de seis por meia dúzia —, mas por um outro sistema que reintroduz o problema dessa competição individual, num espaço geográfico amplo, entre candidatos que precisam amealhar o maior número de votos, custe o que custar, e custa muito.

Então, essa é minha dúvida. O ganho que você teria no fechamento da lista, perde-se ao flexibilizá-la. Essa talvez seja a questão fundamental que levanto como problema para se pensar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agradecemos ao Dr. Cláudio.

Passamos a palavra ao Dr. Jairo Nicolau.



**O SR. JAIRO NICOLAU** - Com a ideia de propor um sistema de lista flexível, tentei ser um pouco realista em relação ao que ouvi. Eu percebi que dificilmente o sistema de lista fechada seria aprovado quando um dos principais partidos do País, o PSDB, é contra e defende o sistema majoritário. Por conta disso e da posição de vários segmentos do PMDB e de pequenos partidos, acho que a lista fechada é uma boa ideia para se debater, mas está fora de qualquer possibilidade de ser aprovada. Essa é a minha opinião.

Por isso sugeri um sistema que seria um avanço em relação ao que nós temos, porque daria oportunidade aos partidos de ordenarem seus candidatos e fazerem campanhas mais baratas, partidárias.

O PT, por exemplo, pode fazer uma campanha na televisão totalmente partidária ou disponibilizando os recursos para material partidário não individual. Cada partido tem a sua liberdade de convocar os eleitores a votarem na legenda. Se o voto for para a legenda, é um voto “sim” à lista.

Seria uma opção diante de um impasse para o qual estamos chegando da impossibilidade de sair do sistema de lista aberta para qualquer tipo de aperfeiçoamento. Então, seria quase uma sugestão realista.

Modéstia à parte, essa proposta ainda é melhor do que as que eu vejo, como, por exemplo, a que apareceu aqui de combinação da lista fechada, com metade dos Deputados eleitos pelo sistema distrital.

Acho que aí vamos ficar com dois extremos: de um lado, Deputados eleitos com todos os incentivos do hiperpartidarismo, ganhando dinheiro público; e, de outro lado, um sistema absolutamente hiperindividualizado, com cada um buscando recurso privado, cada um extremando o individualismo e, com isso, enfraquecendo completamente a ideia do partido como unidade eleitoral.

Sem contar que sistemas mistos, em outros países que adotam sistemas que combinam formas diferentes de eleger Deputados, vivem dilemas depois que os Deputados são eleitos.

Por exemplo, li, recentemente, que na Escócia, que adotou um sistema misto, os Deputados eleitos na lista são vistos como de segunda categoria pelos colegas, porque não têm a legitimidade de ter ganho no distrito. Num sistema como esse, qual a legitimidade de um Deputado eleito com um milhão de votos, sentado ao lado



de um colega que foi eleito como o 17º na lista fechada? Acho que esse sistema não será um avanço.

Então, acho que em relação aos sistemas de lista existentes no planeta, há três opções: ou fecha totalmente; ou abre, como no Brasil e em mais dez países; ou flexibiliza. Não existe outra alternativa lógica. A lista flexível não é invenção minha. Está em vigor em 13 democracias, boa parte delas na Europa.

Em muitos países isso é permitido. O eleitor tem duas opções: ou fica com a lista do partido ou vota no nome. Por exemplo, na Suécia, é o contrário daqui: os eleitores só votam na lista. Eles querem flexibilizar para que mais candidatos... Eles querem mais votos individualizados na Suécia. Eles estão com um problema diferente do nosso. Mas estão dando mais incentivos para que os nomes de baixo da lista pulem para frente, para desenrijecer os partidos. Quer dizer, é um problema diferente do nosso.

Porém, não há sistema eleitoral perfeito. Esse é um clichê de estudioso, mas fica claro. A Deputada Rosane disse que para ela o fundamental é aproximar o representado do representante. Ouço isso muito frequentemente, só que a lista fechada é a morte de qualquer relação de representado com representante. Essa é a grande crítica que se ouve quanto à lista fechada em Portugal, na Espanha, na África do Sul, em Israel, na Argentina. Em todos os países que usam a lista fechada, o que se debate é o afastamento do Deputado em relação aos eleitores, porque o incentivo do Deputado é só fazer trabalho partidário. Ele não tem incentivo nenhum para prestar conta de seu mandato à sociedade.

No sistema que estamos vivendo, em que os partidos contam muito pouco, num primeiro momento isso é muito interessante, na segunda eleição é muito bacana. Depois da quarta ou quinta, os Deputados começam a se encastelar, porque eles não precisam mais do eleitor, porque não precisam de dinheiro, porque vão ter financiamento exclusivo. Eles não precisam do eleitor, porque têm que fazer o trabalho partidário. Depois de algumas eleições, esse sistema vai criando um afastamento entre representados e representantes que vai justamente em direção contrária à expectativa apresentada pela Deputada.

Com relação à competição intralista, não tem jeito. A ideia do sistema proporcional de lista pressupõe competição, seja antes ou depois. Não tenham



dúvida de que a competição que existe nas eleições e que muitos aqui criticam, que é inerente ao sistema de lista aberta, não tem como ser, e não tem como ser também um pouco no sistema de lista flexível, embora os partidos possam ter um pouco mais de contenção e controle da competição. Ela se dá antes, na montagem da lista. Competição intralista é inerente a qualquer sistema de lista, seja antes ou durante a eleição.

É preciso escolher em que momento vai haver competição. É intralista? Eu não quero especular, porque acho isso feio, mas eu poderia dar vários exemplos do que eu posso imaginar que seja a confecção de uma lista fechada. É claro que se aprovar lista fechada, vamos fazer tudo para que a confecção da lista e a montagem seja a mais democrática possível, que os partidos façam primárias, eleições secretas. Mas isso não impede que uma boa parte do clientelismo das redes dos Municípios que foram identificados aqui se transfira para dentro dos partidos. Não estamos infensos a que isso aconteça.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Só um aparte. Como fortalecer partidos senão na lista?

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Por isso eu sugeri uma lista. Eu sugeri, por um primeiro momento, a lista ofertada aos eleitores, e os eleitores dizem: “*Queremos ou não queremos*”. Esse primeiro movimento, ainda não tirando do eleitor, nesse primeiro momento, e podendo avaliar os efeitos que a lista fechada teve em melhorar a qualidade da representação e em fortalecer os partidos...

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Jairo, o Relator tem uma característica de ficar muito à vontade para ouvir críticas, inclusive contundentes. Queria que tu fizesses uma análise rápida desse sistema, que eu também sugeri para debate, que é o eleitor tendo direito a votar duas vezes para compor o Parlamento, ou seja, ele vota em primeiro lugar no partido que prefere, na lista que prefere, e, a seguir, vota no candidato de sua preferência. Somam-se os dois blocos de votos, e eles é que vão determinar o percentual que aquele partido conquistou.

Por exemplo, o partido A fez 1 milhão de votos na lista, e os candidatos que concorrem pelo partido A fizeram 1 milhão e 500 mil votos, somadas as suas votações individuais. O partido faz 2 milhões e 500 mil, que são 20% do eleitorado e



equivalem a dez cadeiras. Quem são as dez cadeiras? Os cinco primeiros da lista e os cinco mais votados.

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Quer dizer, na verdade, o primeiro voto não condiciona o segundo. Ele pode quebrar o voto, digamos.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Eu entendo vinculado. Escolher alguém dentro do... Tem gente que me pede para desvincular. Eu gosto mais do...

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Em comparação ao sistema atual, eu só percebo uma diferença, que é dar ao eleitor claramente a sensação de que está fazendo duas escolhas simultaneamente, porque, no sistema atual, o eleitor faz duas escolhas.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Sem saber.

**O SR. JAIRO NICOLAU** - Sem saber. Na verdade, é preciso ponderar o seguinte: vale a pena perder em simplicidade e ganhar inteligibilidade? Ou seja, o sistema dá ao eleitor uma visão clara de que, primeiro, ele escolhe uma legenda e, dentro da legenda, um nome. Mas isso tem um custo: o sistema fica mais complexo numa eleição geral com muitas escolhas, o que pode aumentar o voto nulo, pode confundir o eleitor, que para no primeiro voto.

Enfim, temos de pensar esse balanço. Ganhar inteligibilidade, acho que o sistema atual realmente não ajuda; ele dá a sensação de que é uma disputa nominal. Por isso o distritão teve um apelo inicial, porque ele é simplesmente o senso comum materializado em sistema eleitoral: os mais votados, entram. Por isso, houve um apelo inicial, parecia uma coisa óbvia, mas, depois, as pessoas começaram a ver que havia muitos problemas associados a esse sistema.

Pelo que entendi, o sistema fica parecido com o que é hoje, no sentido de distribuição de cadeiras, só tem esse efeito de reforçar a ideia de que o voto é partidário — se eu entendi bem, é isso.

**O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA** - Ele tem a... Porque com uma regra de como fazer a campanha nesse caso, ou seja, simplificando a disputa nominal, é aí onde estão os pontos que estamos estudando para verificar, pois também nesse sistema de lista flexível que tu propões, um critério que temos de buscar é como simplificar, ou seja, diminuir esta guerra entre pessoas para ter o



voto, que inclui todos esses relatos dados aqui, que é a guerra do dinheiro para o cabo eleitoral, para duas mil placas etc.

Então, tu podes acoplar esse sistema e o eleitor pode reordenar essa lista. Ele pode pegar o candidato que está em décimo, votar, e se o candidato obtiver muitos votos, vai chegar em primeiro e será eleito pelo critério de ser o mais votado. Mas diminuir ao máximo. Penso até que poderia ser possível fazer a campanha só da lista do partido, citando os que são candidatos. Com isso, tu terias a possibilidade de diminuir esse universo de gastos e competição, que parece ser, com tu disseste, uma competição entre pessoas, do sistema atual, e não uma disputa entre programas, ideias etc.

No meu caso, é também uma tentativa de me aproximar de um limitador, que é uma cultura que existe no País, e a convicção de que uma lista pura não passa. É a busca de um sistema que melhore sem...

**O SR. JAIRO NICOLAU** - É, pode ser uma alternativa.

Por fim, faço três comentários rápidos sobre o financiamento público. Se a lista fechada tem dificuldade de passar e, bem ou mal, ela trouxe ao debate o financiamento público, e agora? Se a lista não passa, o que se pode fazer com o financiamento público?

A minha opinião — enfatizei isso na minha apresentação — é que podemos melhorar o nosso sistema de financiamento de campanha, seja qual for o sistema. Digamos que o sistema eleitoral permaneça o mesmo, nós podemos fazer um sistema muito melhor de financiamento, de controle de gastos, de prestação de contas, de punição aos desobedientes. E, como alguns Deputados chamaram atenção, temos alguns exemplos da nossa experiência democrática de avanços.

Por exemplo, a eleição de 1994 para Deputado, no Rio de Janeiro, foi anulada por conta de corrupção. A corrupção de contagem de votos foi tão grande que a eleição foi anulada, no Rio e em Alagoas. Em 2002, a eleição para Deputado foi informatizada para todo o País com a urna eletrônica. Certamente, os Deputados dos anos 50 estariam debatendo sobre como diminuir a fraude de inscrição, mas veio o TSE e criou o Cadastro Único Nacional de Eleitores, informatizado, o que existe em pouquíssimos países.



Então, acho que temos espaço para avançar, e temos feito assim. Não acho que necessariamente precisamos mudar o sistema eleitoral para ter uma lei melhor. A nossa lei não é boa, e ela pode melhorar. Essa é a minha sugestão.

Há algo que me intriga. Ouvi vários depoimentos, sempre ouço dos políticos e fico muito bem impressionado com os relatos, enfim. Mas se vocês ouvissem os relatos do começo da década de 90 dos Deputados italianos ou dos Deputados japoneses, veriam que, na Itália, mais de 100 Deputados foram afastados por corrupção. O que vocês relataram é brincadeira de criança em relação ao que se ouviu do sistema de corrupção que grassou na Itália nos anos 90.

Então, o que me intriga é o seguinte: por que nenhum país do mundo tentou melhorar seu sistema de financiamento de campanha adotando um sistema exclusivamente público, inclusive aqueles que viveram experiências de corrupção muito piores que a nossa? Isso me intriga. Por que não nos inspiramos nas melhores legislações, que realmente melhoraram a corrupção eleitoral nesses países? Por que essa obsessão com o financiamento exclusivo público?

Acabei de ver aqui a lista do TSE, que, até agora, não tem o valor das doações dos diretórios dos partidos na campanha presidencial. Justamente os partidos, que deveriam ser os primeiros a prestar contas. Vejam as contas dos gastos anuais dos partidos; volta e meia, há problema nessas contas. Quem garante que teremos transparência na prestação de contas do financiamento público?

Acho muito precipitado, neste atual cenário, a adoção de um sistema exclusivamente público de campanha. Por que não esgotarmos a ideia de uma nova lei, uma lei boa, uma lei decente, inspirada nas melhores leis do mundo, para minorar os problemas e avançar na direção de um sistema mais transparente, mais claro? A empresa doou tanto e eu sei que ela doou e que o político recebeu. Está claro, é isso mesmo. Ou a pessoa física — espero que não seja mais empresa —, o empresário tal doou 100 mil para a campanha e pronto. Ele responde por isso. Está claro que o político recebeu, acabou, não tem problema. Isso é feito às claras, como diz o *site* da organização Transparência Brasil. Não acho que seja um grande problema.



Mas, enfim, são questões para V.Exas. discutirem. Sou um estudioso, não tenho voto. Disse ao Deputado Caiado que, no dia em que aprovarem a lista fechada, venho aqui, mas vou botar meu nome bem na parte de baixo da lista.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós é que agradecemos, Jairo, a sua explanação.

Passo a palavra ao Dr. Fabiano Santos.

**O SR. FABIANO GUILHERME MENDES SANTOS** - Muito obrigado. São dois ou três minutos, dada a situação de todos.

Há uma questão que foi levantada a respeito da Justiça Eleitoral que é fantástica. Na verdade, se não me engano, a Constituição de 88 está esperando uma lei complementar para definir as competências e a organização da Justiça Eleitoral, e o Congresso ainda não fez essa lei complementar. Isso seria muito importante.

A função da Justiça Eleitoral, desde sua criação, sempre foi a de expressar a verdade eleitoral, que foi uma grande luta da Primeira República na Revolução de 30. Ao longo do tempo, a Justiça Eleitoral foi ampliando... Especificamente, a Justiça Eleitoral, não o Judiciário de uma maneira geral, quer dizer, a ideia de comparar a judicialização da política de maneira mais ampla é uma coisa um pouco complicada, mas, do ponto de vista da intervenção do Judiciário na vida dos partidos, é muito efetiva. Acho que falta, do ponto de vista do Congresso, definir na lei complementar esse limite de atuação.

Em relação à pergunta da Deputada Rosane sobre como fazer para fortalecer os partidos, acho que, se existe um problema, os partidos têm de trabalhar de maneira mais competente junto ao eleitor. Nenhuma sistema eleitoral vai resolver. O Jairo lembrou bem, existe a tentativa de fechar a lista para resolver o problema de fortalecimento partidário, e temos casos e casos de afastamento dos partidos *vis-à-vis* os eleitores.

O caso da Venezuela está aqui ao lado. O que acontece com a Venezuela? Lista fechada, radical, os eleitores começam a não votar mais nos partidos, começam a fragmentar, e eles fazem uma modificação para o misto, que está sendo proposto aqui — e estou absolutamente “absurdizado” —, para fortalecer, e piora a



situação de radicalização e fragmentação. Não sei o que se quer com isso. É um tiro no escuro! Não se sabe o que se quer.

Fico ouvindo a tentativa de fazer reforma eleitoral para assegurar cadeiras no Parlamento. O eleitor não vai aceitar isso. Sinto muito. Propor uma reforma para melhorar as minhas perspectivas de reeleição! É complicado. Ou se fala em aperfeiçoamento ou o quê? Não sou político e não me proponho a isso. Quem se propõe é que tem de chegar junto da sociedade.

Mas não gostar da sociedade é que é o problema. Vai fazer campanha e aí não vem uma sociedade boa, não gosta e culpa o sistema eleitoral. Como assim?

A sociedade é essa, que pede coisas porque precisa de coisas. Ela pede coisas porque precisa de coisas — está certo? Está votando agora; não votava. Quem votava nas décadas de 50 e de 60? Treze por cento da população? Hoje são 75% da população! Ficou mais difícil. Não é fácil, não. Nunca vi democracia fácil. Democracia fácil, também quero: não existe competição, não preciso competir com o colega, não preciso buscar voto; a sociedade é uma maravilha, é limpa.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Finalizada a nossa audiência pública, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença aos Srs. Cláudio Gonçalves Couto, Jairo Nicolau e Fabiano Santos, que muito enriqueceram nosso debate trazendo valiosíssimas contribuições, que serão levadas em consideração por todos nós na hora de definirmos o sistema eleitoral e a reforma do nosso sistema político.

Nada mais havendo a tratar, convoco uma próxima reunião para o dia 17 de maio, terça-feira, às 14h30min, em plenário a ser definido.

Está encerrada a presente reunião.